



**CEARÁ**

**EXPERIÊNCIAS  
NA FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES**



**BANCO MUNDIAL**

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO  
DIRETORIA DO BRASIL



**CEARÁ**

**EXPERIÊNCIAS  
NA FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES**

**Brasília/DF  
Novembro de 1999**

# **CEARÁ**

## **EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**EQUIPE DE PESQUISA**

**Isabel Sabino de Farias**  
**Nohemy Rezende Ibanez**  
**Sofia Lerche Vieira** (COORD.)

**EDITOR**

**Patricio Millán**

**EDIÇÃO DE TEXTOS E PROGRAMAÇÃO VISUAL**

**José Humberto Fagundes**  
**Mauro N. Barbosa**

NOVEMBRO DE 1999



**BANCO MUNDIAL**

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO  
DIRETORIA DO BRASIL

**Documento não-oficial**



## APRESENTAÇÃO

Os professores são a chave para uma educação de qualidade. Todos os países que trataram de melhorar os resultados educacionais de seus alunos tiveram de enfrentar o desafio dos professores. As raízes do problema estão na formação dos docentes, tanto em sua etapa inicial como durante toda a sua carreira profissional. Entretanto, esta não é a única dimensão do problema. É necessário considerar também o nível de salários e o sistema de incentivos e estímulos durante toda a carreira docente. No contexto atual de uma sociedade globalizada, e em constante transformação, os professores devem atualizar-se permanentemente. Torna-se necessário dar-lhes a oportunidade e os estímulos para que isso aconteça.

As soluções para o desafio dos professores não são únicas e universais. Existe uma estreita articulação entre a natureza da formação e da carreira docente e a estrutura econômica e social do país. O desenvolvimento e o progresso da função docente requer o rompimento com raízes históricas e o estabelecimento de mudanças profundas na estrutura da sociedade. Felizmente, isto está acontecendo no Brasil. A Emenda Constitucional n.º 14 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovadas em 1996, produziram uma mudança fundamental na visão da sociedade com respeito à educação. O Brasil rompeu com um passado em que a educação era um privilégio de poucos e encontra-se em um acelerado processo de universalização de uma educação de qualidade.

Com o objetivo de contribuir na busca de soluções para o desafio docente, o Banco Mundial iniciou um estudo sobre Desenvolvimento e Incentivos aos Professores. A coordenação deste estudo está a cargo de Françoise Delannoy e Guilherme Sedlacek. Com o



Banco Mundial

propósito de examinar algumas experiências na área de formação de professores, o Banco contratou o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC que, sob a coordenação de Lúcia Dellagnelo, iniciou uma pesquisa nos Estados de São Paulo e Ceará. O estudo que aqui apresentamos é parte dessa pesquisa, cujos resultados serão publicados no próximo ano.

Concomitantemente, o Banco Mundial está preparando um projeto para melhoramento da qualidade da educação no Estado do Ceará. Um componente importante deste projeto é o melhoramento da formação de professores. O Ceará introduziu reformas importantes para implementar sua política de “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”. Algumas das experiências são analisadas no trabalho que estamos apresentando, coordenado pela professora Sofia Lerche Vieira com a colaboração de Nohemy Rezende Ibañez e Isabel Sabino de Farias. Devido à importância do tema para a preparação do projeto e ao interesse que ele suscitou, é importante difundir e debater a experiência do Ceará, independentemente do resto do estudo sobre desenvolvimento e incentivos aos professores.

As experiências examinadas a seguir (Concurso Único de Professores, Sistema de Acompanhamento Pedagógico, Programa de Licenciaturas Breves, Programa de Formação Continuada de Professores da Rede Pública, e Curso para Qualificação Profissional do Professor Leigo de Educação Infantil) são úteis para todos os interessados em apoiar e aprofundar o processo de reforma da educação no Brasil. Agradecemos a todos e a cada um dos profissionais mencionados por sua contribuição neste esforço e especialmente à professora Sofia Lerche Vieira pela profundidade de suas pesquisas e suas importantes contribuições na preparação do projeto de melhoramento da qualidade da educação no Ceará.

Patricio Millán



## SUMÁRIO

I - CEARÁ: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....	7
INDICADORES ECONÔMICOS .....	10
INDICADORES SOCIAIS .....	10
POLÍTICA EDUCACIONAL .....	12
O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....	16
LIÇÕES APRENDIDAS .....	24
AGENDA PARA DEBATE .....	27
II - CONCURSO ÚNICO PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA .....	41
ENTREVISTAS COM PROFESSORES .....	50
III - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO .....	53
ENTREVISTAS COM PROFESSORES .....	70
IV - PROGRAMA DE LICENCIATURAS BREVES .....	73
ENTREVISTAS COM PROFESSORES .....	87
V - FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ....	91
ENTREVISTAS COM PROFESSORES .....	107
VI - CURSO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR LEIGO DE EDUCAÇÃO INFANTIL .....	111
ENTREVISTAS COM PROFESSORES .....	125



Banco Mundial



**CEARÁ**  
**EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO**  
**DE PROFESSORES**

**I**

**Desafios na Formação**  
**de Professores**





**Banco Mundial**



## DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES<sup>1</sup>

Uma revista econômica brasileira publicou, em 1998, matéria especial denominando o Ceará de “*nossa Ásia*” (Exame, 1998, nº 673). A reportagem registra que “*com sua receita asiática de mão-de-obra mais barata, subsídios e vantagens logísticas, o Ceará tem sido um ímã de indústrias*”. Somente no último governo, 426 indústrias decidiram estabelecer filiais em 55 cidades cearenses, encontrando também o turismo um campo fértil para seu desenvolvimento. O que vem acontecendo com este Estado, localizado numa das mais pobres regiões brasileiras, não é fruto de um milagre do Padre Cícero - o santo padroeiro dos romeiros nordestinos -, mas resultado de um longo trabalho, iniciado no final dos anos oitenta.

Com a eleição de Tasso Jereissati, em 1987, o Ceará começou a destacar-se por ter deflagrado uma ousada reforma nas finanças públicas. Este processo contemplou inicialmente um enxugamento administrativo de amplo espectro, através do qual se procedeu ao corte de mais de 30 mil cargos na esfera pública estadual, prosseguindo através de uma política de austeridade reiterada em sucessivos governos. Aliou-se a este processo o incremento nos investimentos, a mudança na forma de intervenção na economia e um crescimento econômico persistente, de modo especial nos setores industrial e de serviços.

Tal situação gerou condições para que o Ceará viesse a figurar entre as economias que mais crescem no país. Entre 1987 e 1997 o Produto Interno Bruto (PIB) cearense cresceu a uma média de 4,4% ao ano, enquanto o Nordeste apresentou uma taxa de 2,1% e o Brasil de 1,9% (Tasso, 1998, p. 9)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Estudo realizado no âmbito do projeto *Lições de Experiências na Formação de Professores no Brasil*, promovido pelo Banco Mundial e CENPEC. Elaboração: Sofia Lerche Vieira, com a colaboração de Isabel Sabino de Farias.

<sup>2</sup> Os principais indicadores econômicos e sociais apresentados no presente trabalho foram extraídos do documento: *TASSO – Programa de Governo*. Fortaleza, ago./1998.



## INDICADORES ECONÔMICOS

O ajuste fiscal do Estado permitiu restabelecer a capacidade de investimento para recuperar a infra-estrutura social e econômica, dotando o governo de condições efetivas para o exercício de políticas indutoras do desenvolvimento. Nos últimos quatro anos, o governo tem se orientado para o apoio a grandes *projetos estruturantes*, com destaque especial para iniciativas no campo do desenvolvimento industrial e do turismo. Nesta perspectiva se situam a construção de um novo aeroporto internacional e de vias de expansão do turismo; a implementação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, incluindo uma siderurgia e uma refinaria de petróleo; a ampliação da oferta hídrica e o aperfeiçoamento da gestão racional das águas (Projeto Águas do Ceará), visando aumentar a área irrigada e reduzir a vulnerabilidade da economia rural aos rigores do clima semi-árido; a definição de uma política de incentivos fiscais e financeiros visando a um crescimento industrial, apoiado em estratégias de fortalecimento das indústrias leves locais (têxtil, confecções, calçados, metal-mecânica, bebidas e alimentos), da constituição de novos ramos industriais (petroquímico, siderúrgico, energético, automobilístico, informática, etc.) e de interiorização das atividades industriais, com foco em 40 cidades de médio porte localizadas em todo o Estado.

## INDICADORES SOCIAIS

A população cearense é composta por cerca de 6,8 milhões de habitantes. Conforme o último Censo Demográfico do IBGE, entre 1991 e 1996 este crescimento se deu a uma taxa média de 1,3%, evidenciando uma tendência de decréscimo no ritmo demográfico, motivado sobretudo pelo rápido declínio da taxa de fecundidade. O crescimento da população nas áreas urbanas permanece acelerado, tendo esta taxa aumentado de 65,3%, em 1991, para 69,2%, em 1996, com forte concentração na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A concentração urbana tem gerado transformações na organização espacial e econômica do Estado, gerando as conseqüências típicas associadas a este fenômeno – desruralização, crescimento desordenado,



deterioração da qualidade de vida, entre outros. Para fazer face a tais problemas, o Estado tem buscado redirecionar esta tendência por meio de uma política de reordenamento do espaço, voltada para o fortalecimento das cidades de porte médio, através de aprimoramento na infra-estrutura urbana e ações integradas voltadas para a geração de emprego e renda.

A melhoria nos indicadores econômicos vem sendo acompanhada por avanço nas políticas sociais. Um aspecto a destacar nesse campo foi a redução na mortalidade infantil, diminuindo o índice de óbitos por mil nascidos vivos de 100 para 40, no período 1987-1997. O sucesso nesse campo está associado a um esforço direcionado para atacar as causas determinantes da mortalidade infantil, com ampliação significativa nos índices de cobertura vacinal em crianças menores de um ano (100% em poliomielite, tríplice – DTP – tuberculose – BCG – e sarampo em todos os municípios do Estado). Para o êxito dos programas na área de saúde, têm contribuído também ações como o Programa Agentes de Saúde, criado em 1987, que hoje conta com um contingente de 8.688 agentes e do Programa Saúde da Família, criado em 1994, através do qual equipes constituídas por um médico, uma enfermeira e dez agentes de saúde prestam atendimento a 1.000 famílias em áreas definidas nos municípios.

Ao lado da melhoria nas condições de saúde da população, têm sido aprimorados também os níveis de cobertura sanitária da população cearense – de 31,1% municípios com água encanada, em 1987, passou-se a 53,3%, em 1997. Do mesmo modo, o número de domicílios com luz elétrica que, em 1987, era de 53,1% passou a 75,6%, em 1996. Também tem sido representativa a melhoria nos índices de domicílios atendidos por coleta de lixo, os quais passaram de 28% para 49% entre 1987 e 1996, assim como dos percentuais da população urbana atendidas com esgotamento sanitário que aumentou de 12,2%, em 1990, para 26,9%, em 1997.

A mudança nos indicadores sociais encontra expressão visível no campo da educação, onde os índices de crescimento de matrículas





culas alcançados nos últimos anos têm despertado atenção nacional e internacional sobre o Ceará. De fato, o Estado conquistou um avanço sem precedentes na ampliação da taxa de escolaridade de 7 a 14 anos, quase duplicando o contingente de crianças matriculadas no período 1987-1997, quando passou-se de 56,4% da população nessa faixa etária freqüentando a escola para 97,2%. No mesmo período, a taxa geral de analfabetismo reduziu-se de 37,5% para 31,5%, sendo mais expressiva na faixa de crianças e adolescentes (7 a 19 anos), onde observou-se uma redução de 42,1% para 27,6%

Se o Ceará tem razões para orgulhar-se do processo de reconstrução de sua vida econômica e social que vem sendo empreendido nos últimos 12 anos, é impossível ignorar que todo o esforço já realizado ainda é pequeno, diante do que é necessário fazer para se conquistar patamares desejáveis de desenvolvimento sustentável. A melhoria da qualidade de vida do povo cearense depende de um complexo conjunto de circunstâncias, onde a educação exerce papel central.

## **POLÍTICA EDUCACIONAL**

O Plano de Desenvolvimento Sustentável, que define as principais diretrizes governamentais para o período 1995-1998, apresenta um projeto de educação, cujo slogan é: *Todos pela Educação de Qualidade para Todos*, fundamentado em três grandes eixos: *Todos pela Educação*, *Educação de Qualidade* e *Educação para Todos*. Com uma proposta que foge ao formato tradicional de um texto de planejamento, pela sua estruturação simples e objetiva, este documento situa as principais linhas da política educacional que foi implantada no Ceará, a partir de então. O nexo entre as intenções da política educacional cearense e os compromissos firmados na Conferência Internacional de Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990, não é casual. O Ceará, reconhece que a Educação para Todos aponta um norte sem o qual “*nossa Ásia*” não poderá consolidar o caminho do desenvolvimento sustentável.



Dois princípios, estreitamente articulados, destacam-se na proposta educacional cearense: democratização e descentralização da gestão. Nesta perspectiva se situam importantes iniciativas, como a eleição de diretores de escolas estaduais (1995 e 1998), a criação dos Centros Regionais de Educação (CREDE - 1996), a forte ênfase na cooperação com os Municípios, o foco da política educacional na escola (“*escola - ponto de partida*”) e a criação de Conselhos Escolares.

Talvez o elemento diferenciador da política educacional cearense implementada a partir de 1995 esteja no reconhecimento do caráter estratégico do primeiro eixo da proposta - “*Todos pela Educação*”. Por este princípio atribui-se à mobilização pela educação, uma importância central. Assim, o projeto deposita grande ênfase na construção de parcerias as mais diversas com segmentos governamentais e não governamentais, conclamando a sociedade civil a colocar a educação na agenda prioritária de todas as iniciativas. Dentre as iniciativas aglutinadas em torno do eixo “*Todos pela Educação*”, merecem registro: a instalação do Fórum Permanente da Educação (1996), o Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Educação Básica (SEDUC) e as Universidades cearenses(1996), o Encontro Justiça na Educação – um pacto cearense (1997), os Encontros Regionais de Educação (1997) e o Programa Permanente de Apoio aos Secretários Municipais de Educação e Prefeituras (PRASEMPRE – 1997).

No eixo “*Educação de Qualidade*” cabe destacar uma melhoria nos indicadores de sucesso escolar. A taxa de aprovação no ensino fundamental, por exemplo, aumentou de 75,5%, em 1987, para 85,7%, em 1997, enquanto, no mesmo período, a repetência diminuiu de 18,3% para 12,5% (CEARÁ, 1999). Apenas em dois anos, a taxa de distorção série/idade na 1ª série do ensino fundamental diminuiu de 54,6% para 46,2% (Brasil. MEC. INEP. 1999). Ainda assim, dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) mostram que as crianças e jovens cearenses apresentam um desempenho abaixo da média nacional, muito embora se coloquem acima da média do Nordeste em muitos aspectos.



Comparando-se os resultados do SAEB em 1995 e em 1997, verifica-se que o Ceará vem se posicionando acima dos demais Estados do Nordeste (exceto em relação aos scores de Matemática na 8ª série) no período considerado. De uma maneira geral, o Estado vem se mantendo numa situação de estabilidade em relação às médias obtidas, tendo alcançados escores acima da média do país na 3ª série do ensino médio, na área de Matemática (Quadros I e II, em anexo). Na classificação geral entre as unidades da federação, o Estado passou da 16ª para a 11ª posição no período considerado.

Ao lado das mudanças nos indicadores de desempenho, o Ceará vem também promovendo inovações institucionais significativas no interior do sistema escolar. Nessa perspectiva, foram definidos os Referenciais Curriculares Básicos, a partir das diretrizes contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em sintonia com a nova LDB, o Estado está buscando uma organização do ensino em Ciclos de Formação. Em 1998, os Ciclos estavam implantados em 416 escolas, atingindo um total de 110.640 alunos e 3.668 professores. Estão sendo também implementadas Classes de Aceleração, iniciativa que, em 1998, já envolvia 503 escolas, 75.106 alunos e 2.326 professores, constituindo-se uma estratégia privilegiada para a regularização do fluxo escolar.

A mais expressiva de todas as conquistas da política educacional cearense articula-se com o eixo “*Educação para Todos*”, traduzindo-se na evolução dos dados referentes ao acesso à escola. Apesar dos esforços empreendidos, até 1995 o Ceará se situava, ao lado dos outros Estados do Nordeste do Brasil, entre aqueles que ostentavam os mais baixos índices de acesso, permanência e sucesso escolar no país, com uma taxa de escolarização de sua população na faixa de 07 a 14 anos em torno de 78,3%. Face à urgência de reverter a situação existente, a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará buscou uma estratégia de mobilização social, articulada a um processo de descentralização administrativa e de gestão democrática. Procedeu-se a um Censo Educacional Comunitário (1995 e 1996), realizado pelos agentes de saúde. Os resultados obtidos foram repassados aos prefeitos e secretários municipais de educação, havendo



intensa mobilização para o acesso e retorno de todas as crianças que estavam fora da escola.

Tais iniciativas tiveram efeitos diretos sobre os indicadores de acesso. Em 1996, o Ceará teve o maior aumento no percentual de matrículas no ensino fundamental da federação (16,7%). Nos dois anos subseqüentes, este crescimento foi de 6,4% e 5,0%, respectivamente, o que veio a resultar em 97,2% de matrículas da população na faixa de escolaridade obrigatória, em 1998. Este esforço de mobilização vem imprimindo as seguintes características ao crescimento de matrículas: maior concentração da expansão oferta de ensino fundamental no setor público (85,9%); aumento significativo da matrícula na rede municipal; e, regresso expressivo de adolescentes, jovens e adultos à escola. De 1987 a 1997, o crescimento demográfico cearense foi de 16%, enquanto no mesmo período o ensino fundamental público teve incremento de 121,6% e o ensino médio cresceu 78%. Os dados de matrículas em 1997 evidenciam a manutenção desta tendência de expansão da oferta de matrículas (Quadro IV, em anexo), observando-se para o ano de 1998 um crescimento percentual de 14,2%.

A evolução dos indicadores educacionais do Ceará mostra que a universalização do ensino fundamental está praticamente concretizada. O sucesso da política de acesso nesse nível de ensino está gerando uma pressão sem precedentes pela expansão das matrículas no ensino médio e demandando novas capacidades ao sistema educacional. Há necessidade de ajustes na rede escolar, capacitação de professores, aprimoramento do material de ensino e aprendizagem, etc. Uma qualidade capaz de fazer face à novas circunstâncias decorrentes da expansão da oferta necessita ser construída, o que implica em recursos humanos e financeiros, vontade política e capacidade técnica de enfrentar o desafio da universalização da Educação Básica bem sucedida.

O esforço que o Estado vem fazendo na área de educação começou a ser reconhecido. Em 1996, o UNICEF atribuiu ao Ceará o prêmio “Criança e Paz”, conferido ao caráter inovador do projeto



educacional cearense, expresso nos indicadores anteriormente descritos. O Ceará recebeu também o “Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar”, concedido pela UNESCO, Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME), em 1998.

Do que foi descrito até aqui, pode-se verificar que o Ceará tem empreendido uma caminhada na busca de definir um futuro em sintonia com as propostas de seu Plano de Desenvolvimento Sustentável:

- uma sociedade em harmonia com a natureza;
- uma sociedade espacialmente equilibrada;
- uma sociedade democrática;
- uma sociedade justa;
- uma economia sustentável;
- uma sociedade avançada quanto à cultura, ciência e tecnologia;
- um Estado a serviço da sociedade.

## **○ DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CEARÁ**

Uma reflexão sobre a atual política de formação do educador e suas repercussões no Estado do Ceará deve tomar como parâmetro o debate recente acerca do tema no país, considerando as orientações advindas da nova LDB e dos Referenciais para Formação de Professores, recentemente aprovados. Buscará considerar também uma discussão acerca das respostas que o Estado vem oferecendo ao complexo problema da formação do magistério. Contemplará ainda os desafios com que o Ceará se defronta nesta matéria, apontando caminhos para uma nova política de formação. Esta é uma tarefa complexa, na medida do possível, porém, buscar-se-á apontar alguns problemas em torno da questão proposta, começando por mencionar alguns pontos de partida para a presente discussão.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a formação docente não é um tema-problema nosso – brasileiro ou cearense – mas, universal. A busca de novas alternativas se articula com mudan-



ças mais amplas no contexto de uma sociedade caracterizada pela globalização econômica e pela difusão do conhecimento em rede. Um segundo aspecto a considerar, é a estreita articulação entre a natureza da formação docente estabelecida no país e as condições mais gerais da sociedade brasileira. A formação do educador não se dissocia da estrutura histórica e humana do Brasil. Ao contrário, está nela entranhada e, portanto, mudar a formação docente implica em alterações profundas nas formas de existir do modelo brasileiro e na estrutura das mentalidades encravadas em nossas raízes. Um terceiro ponto de partida, diz respeito ao papel da legislação no debate educacional brasileiro.

Ao longo da história, a legislação tem exercido uma função de mobilizar soluções para as crises advindas dos diferentes problemas enfrentados pelo sistema escolar. A regra e a exceção têm convivido em relativa harmonia, uma vez que a legislação tem papel importante na busca e definição de novas alternativas mas é, todavia, insuficiente para mudar a realidade. É certo que a LDB aprovada em 1996 apresenta um conjunto de importantes medidas no sentido de apontar perspectivas para o sistema educacional. O dado novo da última LDB é que esta é uma lei articulada com a política educacional implantada pelo governo federal a partir de 1995, no contexto da qual foram definidas outras determinações legais adotadas recentemente (EC n° 14/96 e Lei n° 9.424/96, que regulamenta o FUNDEF). Isto significa dizer que, de uma maneira geral, a nova LDB pode vir a representar um claro divisor de águas entre o presente e o passado, anunciando uma das maiores reformas do sistema educacional brasileiro em todos os tempos.

Não seria exagero afirmar que a questão do magistério constitui um dos principais desafios apresentados pela nova LDB. Ao definir um prazo de dez anos para a formação de todos os docentes da educação básica em nível superior a nova lei (Lei n° 9.394/96, Art. 87, § 4°) coloca para o sistema educacional, aí incluindo as diferentes instâncias do Poder Público (governo federal, governos estaduais e governos municipais), a Universidade e demais agências de formação docente uma tarefa gigantesca e sem precedentes. Para vislumbrar o





tamanho do esforço que se avizinha, é oportuno examinar os dados sobre o grau de formação dos docentes da educação básica em termos de Brasil, Nordeste e Ceará, de maneira a não apenas delinear a dimensão do problema, como também para verificar a situação em que o Estado se encontra em relação ao Nordeste e ao resto do país.

Dados de 1998 sobre o Brasil evidenciam um quadro onde a meta da LDB está longe de ser atingida. São de nível superior 20,0% das funções de pré-escolar, 62,3% das funções de classes de alfabetização<sup>3</sup>, 46,2% das funções de ensino fundamental e 89,3% das funções de nível médio (Quadro V, em anexo). Em termos de Nordeste, a situação é ainda mais grave, havendo 4,5% de funções docentes de nível superior no pré-escolar, 5,4% em classes de alfabetização, 24,1% no ensino fundamental e 76,8% no ensino médio. No Ceará, o percentual de funções docentes de nível superior representa 2,4% das funções de pré-escolar, 3,2% das funções de classes de alfabetização, 23,9% das funções de ensino fundamental e 83,1% das funções de nível médio. Ou seja, a situação é, em geral, mais precária que do resto do país e mesmo do que a região Nordeste, exceto nas funções docentes no nível médio. Para o Estado, portanto, elevar a formação de todos os docentes para o nível superior significaria atingir 97,6% das funções de pré-escolar, 96,8% das funções de classes de alfabetização, 76,1% das funções de ensino fundamental e 16,9% das funções de nível médio.

É óbvio que este desafio ultrapassa a atual capacidade de resposta que o Ceará tem oferecido ao problema, demandando soluções inovadoras e que envolvam a ação compartilhada entre as esferas do Poder Público e as instituições que lhe integram. Alguns aspectos desta empreitada serão mencionados adiante, antes, porém, é preciso qualificar um tanto mais as dimensões do problema.

---

<sup>3</sup> Segundo o Censo Escolar (1998), apenas 7 unidades da federação não possuem classes de alfabetização (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte). A nova política de alocação de recursos para o ensino fundamental, introduzida pelo FUNDEF, tende a acelerar a sua extinção. Todavia, como as mesmas figuram nas estatísticas educacionais, foram consideradas na presente discussão.



Atribuir a reduzida presença de profissionais de ensino superior no sistema à inexistência de quadros, por certo, oferece uma resposta apenas parcialmente verdadeira. A lógica do modelo de recrutamento, de trabalho e de salários atribuídos ao magistério tem afastado do exercício da docência um expressivo contingente de profissionais. Ou seja, a universidade forma o professor e este se afasta do exercício da profissão pelas condições que a mesma apresenta. O equacionamento dos problemas de formação nos moldes propostos pela LDB, portanto, não implicaria apenas em formar mais quadros, mas em promover uma política efetiva de valorização docente, de modo a fazer com que o estoque de profissionais titulados existente no mercado possa vir a ser aproveitado. Esta não é uma tarefa simples e exigiria a realização de estudos de demanda e oferta que contribuiriam para um melhor dimensionamento do problema. É claro que a satisfação às exigências da nova LDB não seria atingida somente através de medidas de tal natureza mas, iniciativas nesses moldes contribuiriam para uma considerável economia de custos. Assim, o esforço de qualificar novos quadros deveria ser associado à identificação da oferta disponível no mercado e em condições de ser adaptada, através de investimentos compatíveis com um contexto de aprofundamento da escassez de recursos.

A Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC), através de seu Núcleo de Formação Inicial e Continuada de Professores, vem procedendo a um trabalho de levantamento da *“atual situação da demanda por formação em serviço pelos professores da rede pública do Estado”* (Ceará.SEDUC.1998, p. 14). Os dados até agora organizados<sup>4</sup> indicam, para o quadro permanente do magistério da rede pública, uma demanda por formação em serviço de nível médio, de nível superior e por formação pedagógica. O primeiro caso, que envolve um contingente de 7.967 professores, vem sendo

---

<sup>4</sup> Importa registrar que o levantamento realizado pela SEDUC utilizou a categoria ‘professores’ referindo-se, portanto, a indivíduos e não a funções docentes. Estes dados coletados junto as Secretarias Municipais de Educação e aos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação/CREDE, no período de março a junho de 1998, referem-se à rede pública de ensino e registram o total de professores em efetivo exercício de sala de aula.





enfrentado com a oferta do Programa de Habilitação de Nível Médio Supletivo (*Agora eu sei*) a 5.044 professores, sendo destacada como meta a expansão e melhoria dessa iniciativa como forma de atender aos demais (2.923). A formação de nível superior desponta como um desafio sem precedentes para o Estado, pois abrange 85% da demanda global identificada (26.230 professores). Este quadro assim se delineia nos diferentes níveis de ensino: 4.073 professores nas séries finais do ensino fundamental, sendo de 726 a demanda por formação pedagógica; 419 professores no ensino médio, com 18% deste contingente necessitando de licenciatura plena; 16.283 professores nas séries iniciais do ensino fundamental, com apenas 0,5% demandando formação pedagógica; 2.488 professores na educação infantil, com um contingente reduzido (02) precisando de formação pedagógica. A partir deste diagnóstico delinear-se-iam alternativas para a formação dos docentes da rede pública de ensino, tomando como referência a definição das responsabilidades educacionais de cada instância do poder público quanto à gestão do ensino. Tal esforço deverá ser objeto de discussão pelas entidades ligadas à formação docente, constituindo importante subsídio no sentido da formulação de uma política para o Estado.

Até recentemente, o Ceará vinha equacionando sua política de formação de professores de forma tradicional. De um lado, as agências de formação inicial (Universidades, institutos de educação e organizações congêneres) formando anualmente um contingente limitado de professores e, de outro, o sistema escolar absorvendo, na medida de suas necessidades, o pessoal formado. Ao mesmo tempo, continuavam sendo recrutados quadros fora do contingente de profissionais titulados, como ainda mostram estatísticas recentes sobre a presença de professores com curso fundamental incompleto e completo na rede municipal de ensino.

Nos últimos dois anos, entretanto, têm surgido algumas iniciativas mais diretamente articuladas com as demandas de formação da rede pública de ensino e com a política educacional do Estado. Dentre estas experiências, destacam-se as seguintes: o '*Concurso Úni-*





co para Professores', o 'Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP)', o 'Programa de Licenciaturas Breves', o 'Programa Formação Continuada de Professores da Rede Pública' e o 'Curso para Qualificação Profissional do Professor Leigo de Educação Infantil', analisadas no presente estudo.

O 'Concurso Único para Professores' define-se como uma ação de fortalecimento da política de 'Todos pela Educação de Qualidade para Todos'. Fruto de um trabalho consensual, esta iniciativa buscou consolidar o regime de colaboração em atendimento às necessidades educacionais cearenses no sentido de definir um "professor padrão Ceará", com o mesmo nível de competência em qualquer recanto do Estado. A construção dessa iniciativa coletiva envolveu a criação de espaços de discussão junto à sociedade civil, o que aconteceu através do seminário 'Construindo o Ceará do Futuro' e de vinte e um (21) *Encontros Regionais de Educação*, que resultaram na formação de comissões para proceder ao levantamento de necessidades em relação ao magistério nos diferentes municípios e regiões. Posteriormente constituiu-se uma Comissão Estadual, integrada por representantes dos Municípios e do Estado, a qual foi responsável pela sistematização das informações recebidas e pelo delineamento do formato do Concurso Único. O primeiro processo de seleção foi realizado em dezembro de 1997 e o segundo em junho de 1998. Em suas duas fases o Concurso agregou um conjunto de 153 (83%) dos municípios do Ceará. No âmbito estadual, o Concurso visou ao preenchimento de cargo de professor da 5ª à 8ª série do ensino fundamental e para as três séries do ensino médio. No âmbito municipal, foram oferecidas vagas para todas as séries do ensino fundamental, de acordo com o levantamento de carências feitas por cada município. Em suas duas fases, o 'Concurso Único' aprovou 30.276 novos professores, os quais estão sendo gradativamente incorporados ao sistema público de ensino.

O 'Sistema de Acompanhamento Pedagógico/SAP' é uma iniciativa da Secretaria de Educação do Estado/SEDUC que se destaca no contexto da política educacional como uma estratégia de forta-



lecimento da melhoria da qualidade da educação mediante as vertentes de acompanhamento à gestão e acompanhamento ao ensino. Fundamentado no pressuposto da escola como centro da ação educativa e nos princípios da descentralização, da autonomia escolar, da educação de qualidade e da construção coletiva, o SAP vem promovendo a capacitação em serviço dos professores no âmbito da vertente acompanhamento ao ensino – foco de análise deste estudo – através do acompanhamento pedagógico desenvolvido entre pares e da troca sistemática de experiências. Esta vertente de atuação do SAP define-se pela sua natureza pedagógica de suporte à ação docente em sala de aula e à melhoria do rendimento escolar. A operacionalização desse trabalho ocorre a partir da articulação inter e intra-institucional das equipes pedagógicas das seguinte instâncias: a escola, o município, a região e o órgão central (SEDUC). O programa abrange toda a rede estadual de ensino, sendo a participação na rede municipal feita por adesão. Na região administrativa do CREDE 06 (Sobral) – foco de análise deste estudo – a iniciativa envolve 1.432 professores de 48 escolas estaduais, 48 coordenadores pedagógicos, 68 professores coordenadores de ensino (PCE) e 20 Secretarias Municipais de Educação.

O *'Programa de Licenciaturas Breves'* é desenvolvido pelas universidades estaduais cearenses (Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Vale do Acaraú - UVA e Universidade Regional do Cariri - URCA), em parceria com 55 prefeituras municipais através de suas secretarias de educação. Trata-se de uma experiência transitória para professores com nível médio que estão em exercício no ensino fundamental, visando integrar formação acadêmica com formação em serviço, de acordo com as exigências da nova LDB (Lei nº 9.394/96, Art. 62). A designação Licenciatura Breve advém do objetivo de qualificar professores em nível de Licenciatura Plena num período de tempo correspondente a 2 anos letivos (2.640 h/a), em caráter intensivo. O Programa utiliza o recurso da capacitação em serviço, procurando articular as dimensões teórica e prática da ação pedagógica a partir do mecanismo da ação docente supervisionada (600h/a). Os cursos são presenciais e/ou modulados, podendo ser cumpridos à





distância, com a supervisão de professores-orientadores, integrando ensino-pesquisa de forma interdisciplinar. O presente estudo focaliza a experiência da UECE, hoje atuando junto a 35 municípios e, mais especificamente, o caso de Maracanaú, onde são atendidos 240 alunos.

O *‘Programa Formação Continuada de Professores da Rede Pública’* objetiva a capacitação de professores das séries/ciclos iniciais de formação do ensino fundamental. Trata-se de uma iniciativa realizada pela organização não-governamental Fundação Demócrito Rocha (FDR) em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEDUC) e a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SAS), contando com a colaboração das 184 Secretarias de Educação Municipal/SEM. Este é um programa de formação continuada a distância e em serviço, com duração de 200 h/a para um período de 12 meses que, além de diversos recursos multimeios como fascículos impressos, jornais do tipo tablóide, programas televisivos, fax-simile, correio eletrônico, linha telefônica 0800 e serviço de tutoria presencial, envolve conteúdos e metodologias das áreas de Linguagem, Matemática, Ciências e Estudos Históricos e Geográficos. Toda sua operacionalização, centralizada na FDR, é acompanhada por mecanismos que abrangem a avaliação do aluno durante o curso, a avaliação institucional do curso e avaliação da repercussão do curso na relação professor/aluno. Este programa, iniciado em abril de 1999, envolve 10.903 escolas da rede pública, somando uma clientela de 32.702 participantes.

O *‘Curso para Qualificação Profissional do Professor Leigo de Educação Infantil’* é uma parceria da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SAS) com a Secretaria de Educação Básica do Estado (SEDUC) e as Secretarias Municipais de Educação e Ação Social, tendo envolvido em seu momento inicial de implantação oito (08) municípios (Beberibe, Canindé, Crateús, Crato, Fortaleza, Maranguape, Morada Nova, Quixadá). Essa iniciativa tem como objetivo básico a qualificação de professores leigos mediante a continuidade de sua educação básica, através do curso supletivo e de estudos específicos para a aquisição e o fortalecimento das competências e habilida-







des para exercer a docência na área da Educação Infantil. A continuidade da educação básica dos professores leigos foi garantida através da oferta de curso supletivo. Os estudos específicos, por sua vez, foram organizados numa estrutura modulada, com aulas a distância e presenciais, totalizando uma carga horária de 240 h/a. Em sua primeira etapa (1998), foram qualificados 417 professores e monitores leigos em nível de ensino fundamental e habilitação específica na área de educação infantil. Além disso, foram capacitados 44 professores-formadores municipais para desenvolver o curso junto a esses educadores infantis.

Essas iniciativas, somadas a outras, indicam que o Ceará começa a se organizar no sentido de promover uma inflexão de rumos decisiva em sua política de formação docente. Tais iniciativas, todavia, necessitam ser associadas a um esforço articulado de todas as instituições ligadas à formação e absorção de educadores – de um lado, a Universidade e outras agências de formação, de outro, secretarias de educação e demais instituições onde atuam esses profissionais. Ao aprofundar a discussão sobre sua política de formação, o Ceará poderá prever caminhos futuros e vislumbrar as alternativas necessárias para no curto, médio e longo prazos solucionar de forma definitiva seus problemas educacionais.

## LIÇÕES APRENDIDAS

### • INICIATIVAS COMPARTILHADAS E PACTUADAS PODEM PRODUZIR RESULTADOS EFETIVOS

Um traço marcante da política educacional cearense, presente nas iniciativas registradas neste estudo, tem sido as diversas formas e níveis de colaboração desenvolvidas no Estado. São cooperações no âmbito do próprio governo, ou entre este e outros parceiros. As ações compartilhadas se dão no plano vertical e horizontal. Ora, envolvem a relação entre o Estado e os Municípios, a exemplo do ‘*Concurso Único para Professores da Rede Pública*’, promovido pelo Estado, ao qual aderiram Municípios interessados; ora, secretarias



estaduais, em cooperação com secretarias municipais, como no ‘*Curso para Qualificação Profissional do Professor Leigo de Educação Infantil*’. Há ainda cooperação entre as Secretarias e as universidades, como também, com organizações não governamentais, como a Fundação Demócrito Rocha (FDR). Todas as experiências estudadas no presente registro envolvem parcerias que contribuem para o sucesso das iniciativas realizadas e otimizam a utilização de recursos escassos.

• **EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS EM OUTROS CONTEXTOS PODEM SER ADAPTADAS E RECRIADAS COM CARACTERÍSTICAS LOCAIS**

Algumas das iniciativas de formação de professores desenvolvidas no Ceará incorporam lições de outras experiências e têm sido aproveitadas de forma criativa e própria. Nesse sentido, merecem destaque o Programa Formação Continuada, inspirado nos princípios da Universidade Aberta (Open University), mas adaptado à realidade local e com mecanismos próprios de distribuição de material e de acompanhamento pedagógico. O modelo das Licenciaturas Breves, por sua vez, tem algo em comum com as experiências do Instituto de Formação de Professores – IFP – Presidente Kennedy, do Rio Grande do Norte e do trabalho realizado pela Universidade Federal do Mato Grosso, através de sua proposta de *Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a 4ª série do 1º Grau*<sup>5</sup>. Do mesmo modo, o curso ‘*Curso para Qualificação Profissional do Professor Leigo de Educação Infantil*’ inspira-se no programa de habilitação de professores leigos *Agora eu sei*, dele extraíndo princípios e orientações de conteúdos, descartando aspectos pouco pertinentes à realidade do professor de educação infantil cearense.

• **A CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO É UM CAMINHO FÉRTIL PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA**

Em sintonia com as orientações da nova LDB referentes à formação de profissionais da educação, recomendando “*associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em servi-*

---

<sup>5</sup> Para maiores esclarecimentos acerca dessas iniciativas, conferir: Gatti (1997, p. 65-71).



ço” e “*aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades*” (Art. 61, I e II), nenhum dos programas examinados retira o docente de suas atividades cotidianas. O ‘*Programa de Licenciaturas Breves*’, por exemplo, incorpora a experiência do professor como parte de sua carga-horária prática, enriquecendo-a, através dos diferentes cursos ministrados. O ‘*Programa Formação Continuada de Professores da Rede Pública*’ também representa uma alternativa nesse sentido.

• **O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO ATRAVÉS DA TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE PARES É UM MECANISMO EFICAZ NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A sistemática de acompanhamento pedagógico adotada pelo Ceará, através do SAP, está estimulando um apoio não hierarquizado à escola e ao professor. Os Professores Coordenadores Pedagógicos (PCE) são escolhidos entre os docentes mais experientes, que permanecem em exercício, durante um expediente de sua carga horária. Além do acompanhamento pedagógico constituir-se em uma estratégia efetiva de formação docente, o SAP propicia um apoio de mão dupla ao trabalho da Secretaria de Educação e da escola, contribuindo para a criação de uma rede de informações entre os diversos segmentos envolvidos no sistema.

• **É IMPORTANTE BUSCAR ALTERNATIVAS PARA POTENCIALIZAR A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A experiência do Ceará mostra que há inúmeras formas de colocar o saber acadêmico à serviço da formação docente. Este potencial se evidencia tanto nos cursos regulares das instituições como nas ofertas especiais, direcionadas especialmente para os professores da rede. Do mesmo modo, é indiscutível o efeito multiplicador propiciado pela produção de materiais didáticos e instrucionais para professores, a exemplo do *Programa Formação Continuada de Professores da Rede Pública* e do *Curso de Qualificação Profissional do Professor Leigo de Educação Infantil*. Outro mecanismo importante, são as formas de acompanhamento encontradas, a exemplo da ‘*Ação Docente Supervisionada*’, no ‘*Programa de Licenciaturas Breves*’,



desenvolvido pela UECE. Nesse sentido, as trocas entre a academia e o sistema escolar constituem um caminho fértil para ambas as partes.

## AGENDA PARA DEBATE

O estudo permitiu constatar que o Ceará deverá enfrentar diversos desafios na formação de professores, se pretender conquistar o *status* de “*nossa Ásia*” na promoção de uma educação para o desenvolvimento sustentável. Estes desafios são de diversas ordens e implicam na definição de uma agenda prioritária, nova tarefa a compartilhar entre as diferentes esferas do Poder Público e as agências de formação inicial e continuada de professores, sob o olhar vigilante da sociedade.

### • ENFRENTAR O DESAFIO DA QUANTIDADE

Os dados sobre a situação da formação de professores no Ceará mostram que o desafio da quantidade de quadros a qualificar é o maior de todos. Segundo o Censo Escolar de 1998, o Ceará ainda possui um total de 18.813 funções docentes de ensino fundamental incompleto e completo atuando do pré-escolar ao ensino médio, o que significa 19,7% do total das funções na educação básica. Estas se distribuem entre o pré-escolar (4.819 funções), classes de alfabetização (2.479 funções), ensino fundamental (11.489 funções) e ensino médio (26 funções). Habilitar os professores com ensino fundamental incompleto e completo é tarefa inadiável do Poder Público, de modo particular os do ensino fundamental, para o qual podem ser utilizados recursos do FUNDEF (Lei nº 9.424/96, Art. 7º, Parágrafo Único).

### • INTERPRETAR O ESPÍRITO DA LEI

Se é verdade que a LDB aponta como princípio básico a formação de nível superior, não é menos verdade que admite “*como formação mínima para o exercício na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio*” (Art. 62).



Do mesmo modo, ao inserir no texto da lei a exigência de que até o final da Década da Educação somente sejam “*admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço*” (Art. 87, § 4) quis referendar o princípio anterior, sem ignorar a realidade do sistema. Nesse sentido, parece razoável interpretar que a exigência de formação superior para a educação infantil e séries iniciais deva ser feita àqueles que venham a ingressar no sistema a partir de 2006. Assim, a pressa na qualificação imediata de professores das séries iniciais portadores de habilitação de nível médio parece dever ceder lugar à urgência de habilitar os leigos, conforme a previsão do FUNDEF <sup>6</sup>.

Ainda no que se refere a um adequado entendimento do espírito da lei, faz sentido supor que as disposições do FUNDEF que tratam da “*capacitação de professores leigos*” (Art. 7º Parágrafo Único) vêm sendo objeto de interpretações um tanto abrangentes. Ao prever que seria permitido aplicar parte dos 60% assegurados para a remuneração dos profissionais do magistério na formação desses professores, quis o legislador indicar como alvo desta abertura aquele contingente de docentes sem a qualificação mínima necessária ao exercício do ensino fundamental nos primeiros cinco anos de aplicação do FUNDEF. O objetivo, portanto, seria a habilitação de nível médio para os professores das quatro primeiras séries do ensino fundamental e a habilitação de nível superior para os professores das três séries finais. De tal maneira, a clientela apontada eram os professores com nível fundamental (incompleto e completo) que atuam nas séries iniciais e os professores com nível médio que atuam da 5ª a 8ª série.

#### • **PREVER ADEQUADAMENTE NECESSIDADES ATUAIS E FUTURAS**

Face ao exposto acima, seria possível apontar passos prioritários para o Poder Público na definição da agenda de formação inicial dos professores. A tarefa principal em termos de formação inicial seria capacitar os docentes leigos estáveis que atuam no ensino

---

<sup>6</sup> De uma maneira geral pode-se dizer que são considerados leigos os professores de 1ª a 4ª série que não possuem habilitação de magistério de nível médio e de 1ª a 8ª série que não possuem habilitação de magistério de nível superior.



fundamental. Isto quer dizer direcionar o esforço para habilitar professores que possuem ensino fundamental, os quais respondem por 11.489 funções docentes (Quadro VII) no ensino fundamental, como também aqueles com formação de nível médio que atuam de 5ª a 8ª série o que, segundo os dados do Censo (1998) representa 9.069 funções docentes. Depois desse esforço inicial, devem vir as demais prioridades de capacitação, como a formação de nível superior para os professores de ensino fundamental e a habilitação dos leigos que atuam na educação infantil. Ao lado de tais cuidados, é recomendável proceder a estudos sobre estoque e demanda de profissionais, de modo a melhor dimensionar as necessidades futuras.

- **TER ESPECIAL CUIDADO COM A QUALIDADE**

Todo o esforço de capacitar o grande contingente de professores que atuam no sistema resultará em enorme desperdício de recursos, tempo e energia se não vier acompanhado de uma atenção particular aos problemas da qualidade dessa formação. Isto implica em promover uma oferta em sintonia com as reais necessidades de formação – considerando tanto os aspectos curriculares, quanto as demandas do próprio sistema, evitando improvisação no recrutamento de equipes formadoras, produção de materiais e estratégias de acompanhamento. Se soluções açodadas podem comprometer o êxito de qualquer empreendimento, o que dirá da formação docente.

- **DEFINIR AGENDAS PACTUADAS**

Não é demais repetir que as diferentes agências envolvidas na formação dos profissionais de educação necessitam buscar maior sintonia em suas iniciativas, estabelecendo estratégias de comunicação e de colaboração em rede, de modo a ganhar eficácia nos resultados do trabalho desenvolvido. Há, nesse contexto, papéis diferenciados a exercer – se às Secretarias de Educação (Estadual e Municipais) cabe explicitar suas demandas, deve a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECITECE) proceder a uma gestão integrada das universidades. Estas, por sua vez, devem contribuir através de sua capacidade técnica, exercendo sua autonomia com ética e responsabilidade. Ao Conselho Estadual de Educação, cabe a vigiar os usos e abusos da



autonomia, liderando o debate e estimulando uma avaliação externa, que propicie à sociedade o controle sobre os recursos empregados nessas iniciativas.

Quadro I  
Comparativo de proficiência média (Português e Matemática).  
1995-1997

Unidade da Federação	Proficiência Média 1995						Proficiência Média 1997					
	4ª Série (Fund.)		8ª Série (Fund.)		3ª Série (Médio)		4ª Série (Fund.)		8ª Série (Fund.)		3ª Série (Médio)	
	Port	Mat	Port	Mat	Port	Mat	Port	Mat	Port	Mat	Port	Mat
Brasil	188	191	256	253	290	282	186	191	250	250	284	289
Nordeste	178	179	230	232	266	261	178	181	241	240	276	290
Ceará	180	178	238	237	268	271	182	184	244	244	281	300

Fonte: SEDUC, 1999.

Quadro II  
Posição das unidades da federação em relação à variação da média de proficiência em Matemática. 1995-1997

Série	Variação das médias entre 1995 e 1997		
	Queda da média (diminuição estatisticamente significativa)	Queda da média (diminuição estatisticamente significativa)	Aumento da média (aumento estatisticamente significativo)
4ª EF	CO RJ, GO, DF	BR, N, NE, SE, S, CO RO, AC, AM, PA, AP, TO, MA, PI, <b>CE</b> , RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS, MS, MT, GO	
8ª EF	RR, SE, DF	BR, N, NE, SE, S, CO RO, AC, AM, PA, AP, TO, MA, PI, <b>CE</b> , RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, ES, RJ, PR, RS, MT, GO	NE SC, MS
3ª EM		BR, N, SE, CO RO, AC, AM, RR, PA, AP, TO, MA, PB, AL, SE, ES, RJ, SP, PR, MT, GO, DF	NE, S PI, <b>CE</b> , RN, PE, BA, MG, SC, RS, MS

Fonte: MEC/INEP/SAEB. In SEDUC, 1999.



## Quadro III

Posição das unidades da federação em relação à variação da média de proficiência em Língua Portuguesa. 1995-1997

Série	Variação das médias entre 1995 e 1997		
	Queda da média (diminuição estatisticamente significativa)	Queda da média (diminuição estatisticamente significativa)	Aumento da média (aumento estatisticamente significativo)
4ª EF	CO RJ, GO, DF	BR, N, NE, SE, S RO, AC, AM, RR, PA, AP, TO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, SP, PR, RS, MS, MT	MG
8ª EF	RR, SE, DF	N, S, CO AC, AM, RR, PA, AP, TO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, SP, PR, RS, MS, MT	NE RO
3ª EM		N, S, CO RO, AC, AM, RR, PA, AP, TO, MA, CE, RN, PB, AL, SE, BA, ES, RJ, PR, SC, RS, MS, MT, GO, DF	NE PI, PE, MG

Fonte: MEC/INEP/SAEB

## Quadro IV

Ceará - Crescimento absoluto e percentual da matrícula nos níveis fundamental e médio. 1995-1997

Nível de ensino	Ensino Fundamental	Diferença	Crescimento (%)	Ensino Médio	Diferença	Crescimento (%)
1995	1.406.497			151.473		
1996	1.640.814	234.792	16,7	174.704	23.231	15,3
1997	1.746.108	97.303	6,4	201.619	24.771	15,4

Fonte: Ceará. SEDUC. 1999.



Quadro V  
Funções docentes na educação básica por grau de formação

Unidade Federação	Brasil		Nordeste		Ceará	
Nível	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
<b>Pre-Escolar</b>						
1º Gr Inc	13.574	6,18	10.575	15	1.939	15,01
1º Gr Comp	15.984	7,27	10.306	14,3	2.880	22,3
2º Gr Comp	146.205	66,57	47.488	66,3	7.790	60,3
3º Gr Comp	43.930	20	3.246	4,5	305	2,4
Sub-Total	219.593	100	71.615	100	12.914	100
<b>Clas. Alfabetização</b>						
1º Gr Inc	7.107	15,4	4.981	18,6	1.221	20,3
1º Gr Comp	6.059	13,13	4.043	15,12	1.258	20,9
2º Gr Comp	28.743	62,31	16.263	60,8	3.322	55,4
3º Gr Comp	4.217	9,14	1.437	5,37	193	3,2
Sub-Total	46.126	100	26.724	100	5.994	100
<b>Ens. Fund. 1ª à 4ª</b>						
1º Gr Inc	44.335	6,0	30.424	10,5	4.259	9,8
1º Gr Comp	50.641	6,4	29.664	10,3	6.057	13,9
2º Gr Comp	513.256	64,3	204.031	70,8	30.058	69,02
3º Gr Comp	172.715	22,0	24.136	8,4	3.174	7,2
Sub-Total	798.947	100	288.255	100	43.548	100
<b>Ens. Fund. 5ª à 8ª</b>						
1º Gr Inc	712	0,1	355	0,22	64	0,3
1º Gr Comp	5.913	1,0	3.055	1,95	609	2,7
2º Gr Comp	153.258	23,16	69.751	45	9.065	40,4
3º Gr Comp	501.625	75,8	82.926	53,1	12.696	56,6
Sub-Total	661.508	100	156.087	100	22.434	100
<b>Ens. Médio</b>						
1º Gr Inc	148	0,0	76	0,1	1	0,0
1º Gr Comp	675	0,18	319	0,42	25	0,2
2º Gr Comp	38.250	10,5	17.019	22,7	1.704	16,6
3º Gr Comp	326.801	89,3	57.698	76,8	8.494	83,0
Sub-Total	365.874	100	75.112	100	10.224	100
<b>Total</b>	<b>2.092,05</b>		<b>617.793</b>		<b>95.114</b>	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Gráfico 1  
Funções docentes por grau de formação - Pré-Escolar - Brasil - 1998

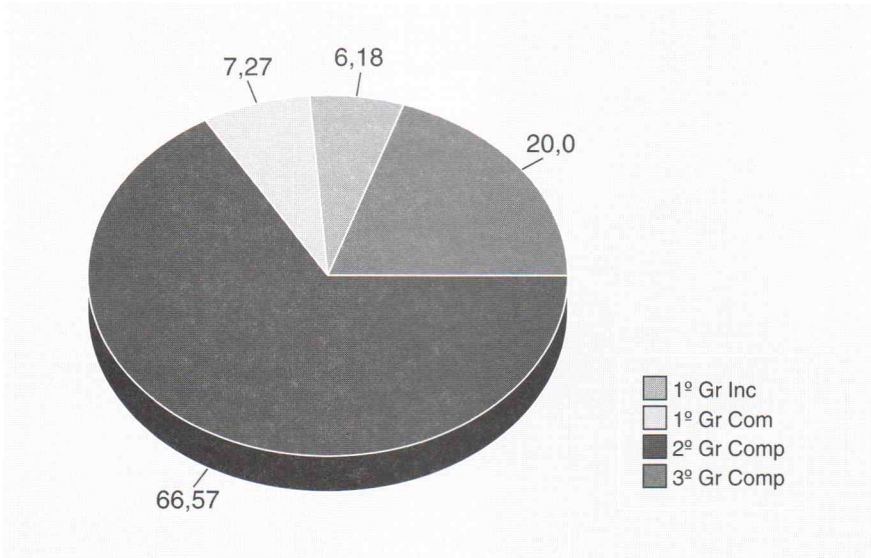


Gráfico 2  
Funções docentes por grau de formação - Pré-Escolar - Nordeste - 1998

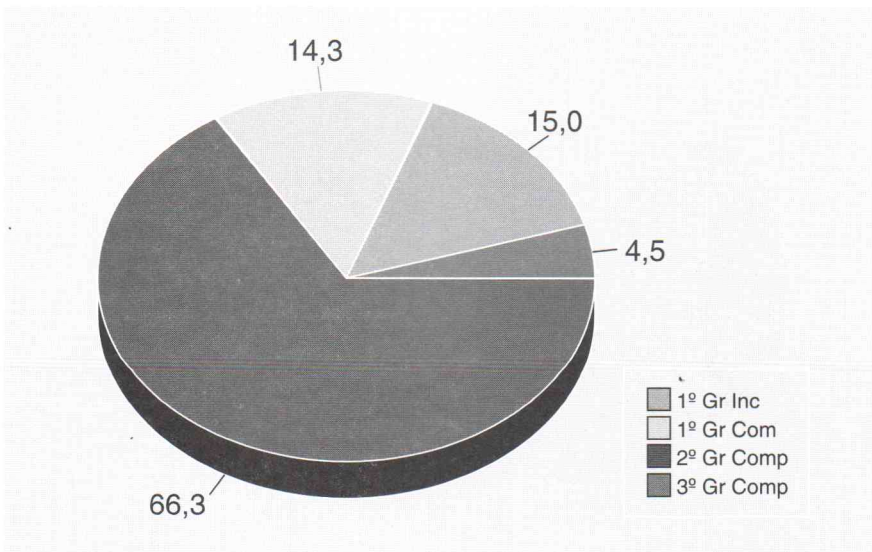


Gráfico 3

Funções docentes por grau de formação - Pré-Escolar - Ceará - 1998

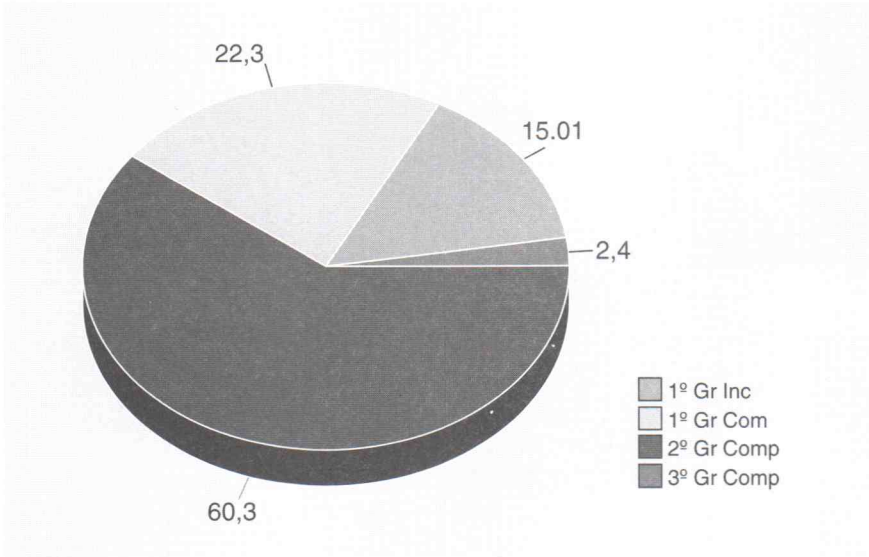


Gráfico 4

Funções docentes por grau de formação  
Classe de Alfabetização - Brasil - 1998

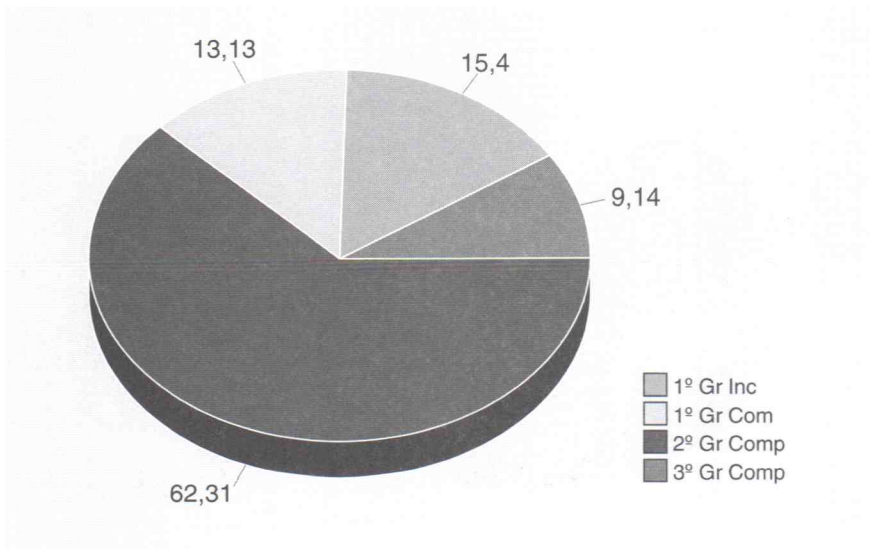


Gráfico 5  
Funções docentes por grau de formação  
Classe de Alfabetização - Nordeste - 1998

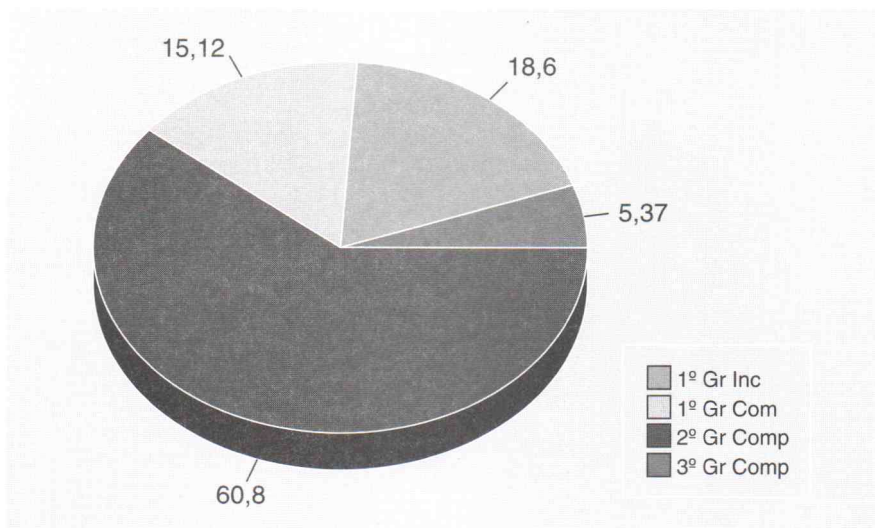


Gráfico 6  
Funções docentes por grau de formação  
Classe de Alfabetização - Ceará - 1998

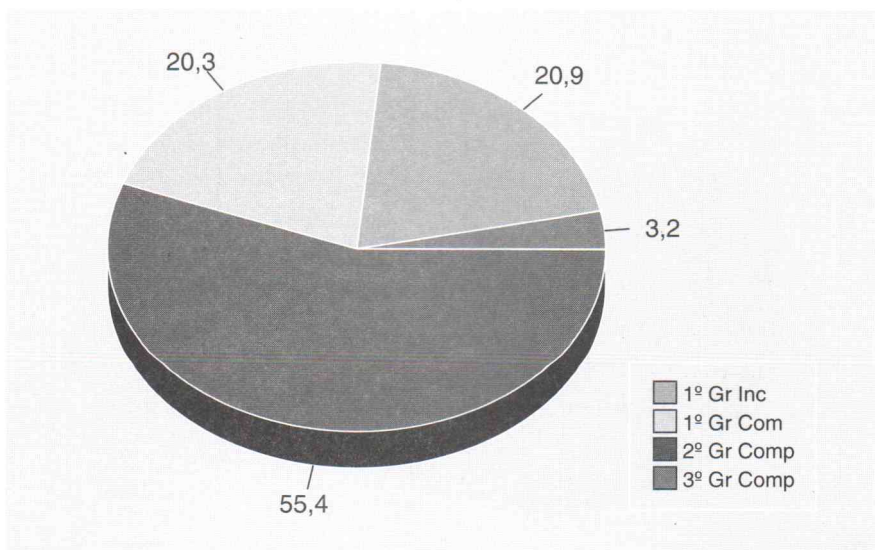


Gráfico 7  
Funções docentes por grau de formação  
Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série - Brasil - 1998

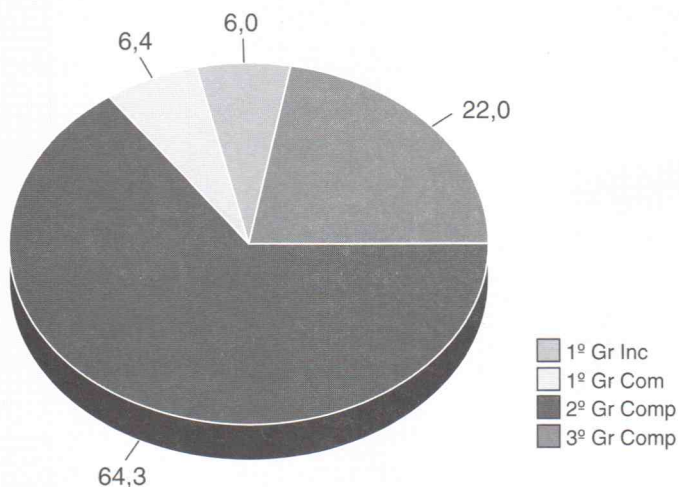


Gráfico 8  
Funções docentes por grau de formação  
Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série - Nordeste - 1998

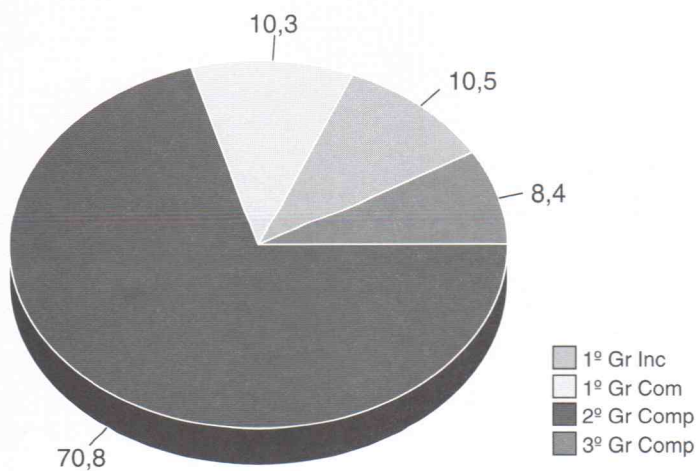




Gráfico 9

Funções docentes por grau de formação  
Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série - Ceará - 1998

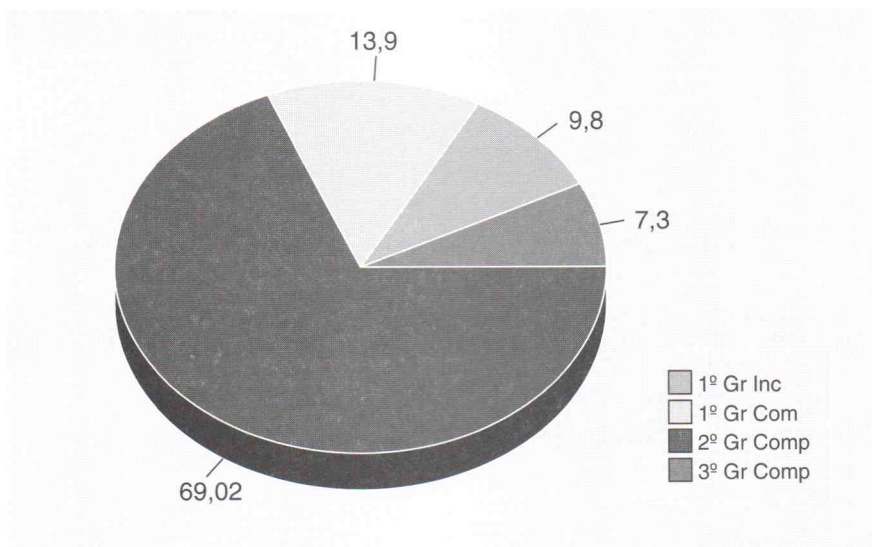


Gráfico 10

Funções docentes por grau de formação  
Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série - Brasil - 1998

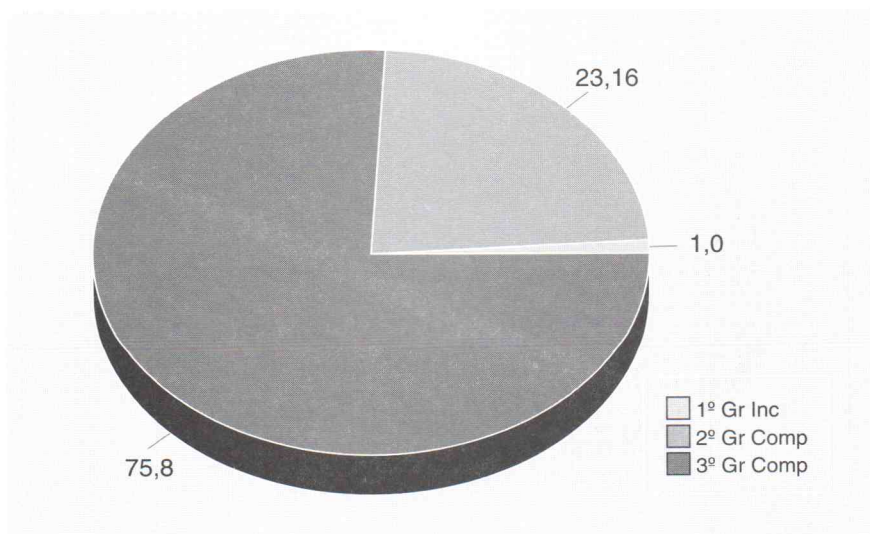


Gráfico 11  
Funções docentes por grau de formação  
Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série - Nordeste - 1998

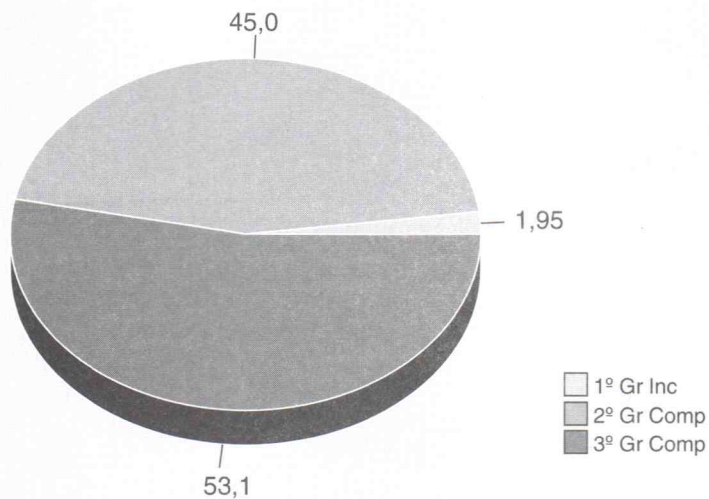


Gráfico 12  
Funções docentes por grau de formação  
Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série - Ceará - 1998

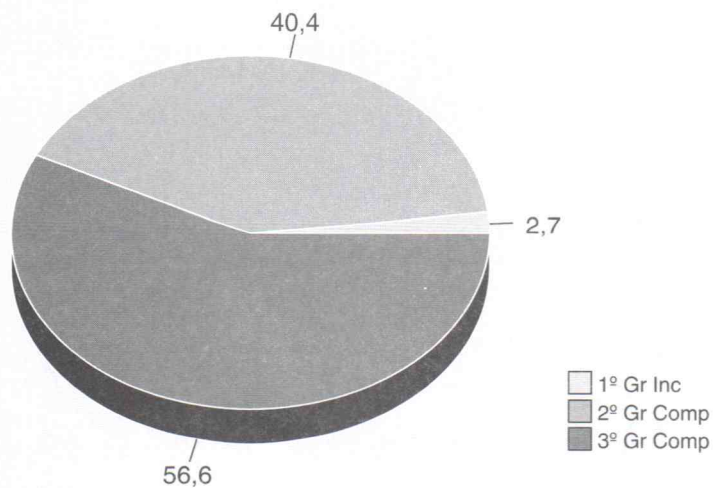


Gráfico 13  
Funções docentes por grau de formação  
Ensino Médio Brasil - 1998

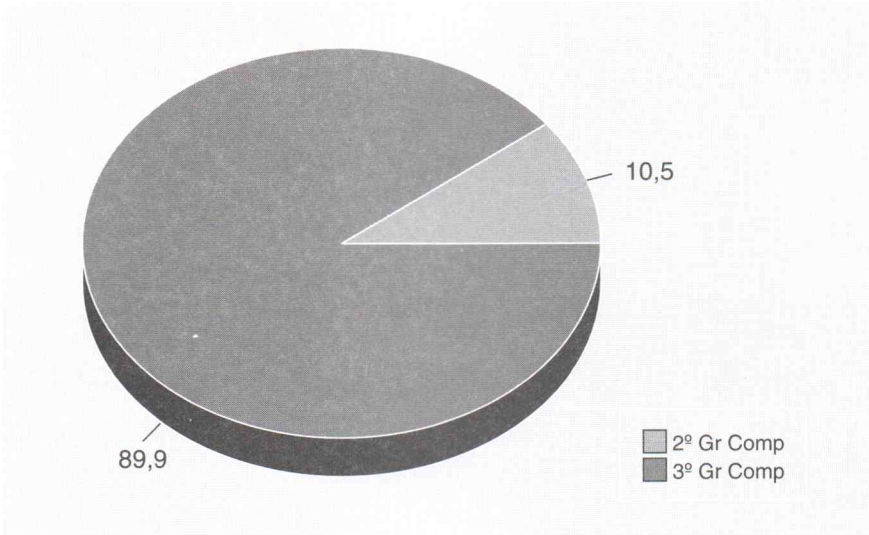


Gráfico 14  
Funções docentes por grau de formação  
Ensino Médio Nordeste - 1998

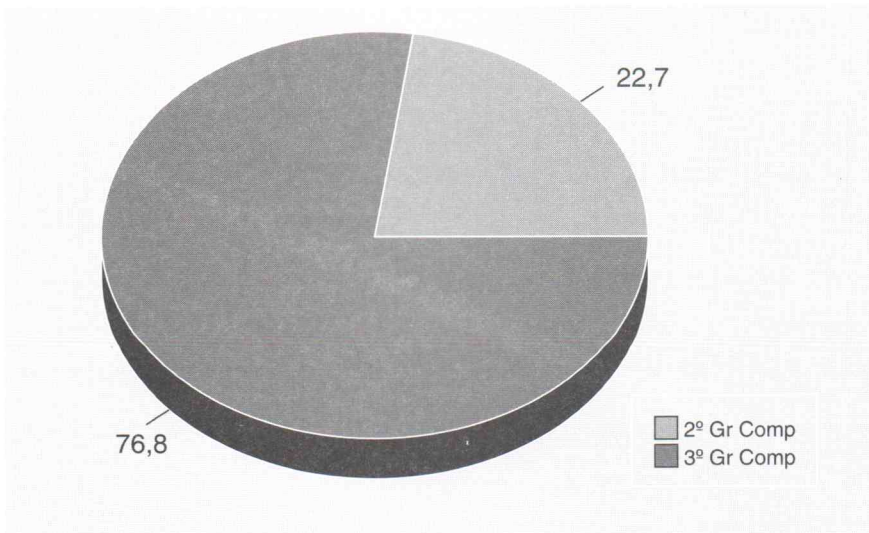
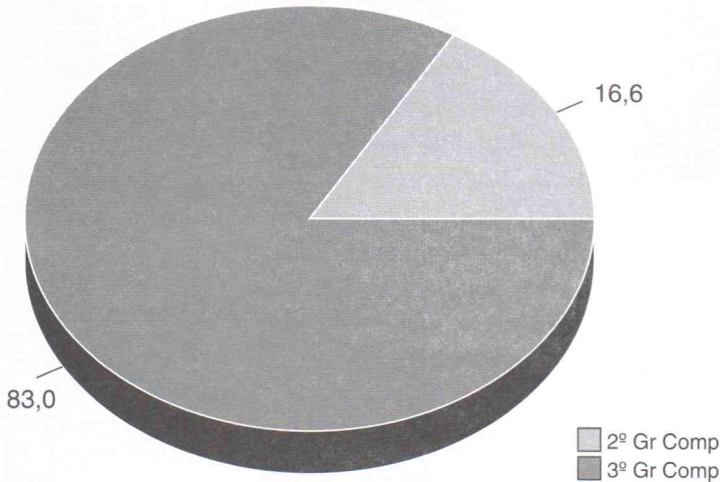






Gráfico 15  
Funções docentes por grau de formação  
Ensino Médio Ceará - 1998



## BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. MEC. *Referenciais para formação de professores*. s.d.
- BRASIL. MEC. INEP. *Informações educacionais – Estado do Ceará*. Reunião dos Secretários Estaduais de Educação. Brasília: 1999 (tiragem limitada).
- \_\_\_\_\_. *Informe estatístico – 1996*. v.1. Brasília: O Instituto, 1997.
- CEARÁ. Mensagem à Assembléia Legislativa – 1999 – Abertura da Sessão Legislativa. Fortaleza: SEPLAN, 1999.
- CEARÁ. SEDUC. *4 anos de atividades*. Fortaleza, s. d.
- EXAME. *Ceará – exame*. Parte integrante da revista *Exame*. n. 673. 1998.
- GATTI, Bernadete. *Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- NASPOLINI, Antenor. *A caminhada cearense*. Documento apresentado no Seminário Internacional “Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento”. São Paulo, 4 e 5 de junho de 1998. Fortaleza: SEDUC, 1998 (mimeogr.).
- TASSO. *Programa de governo*. Fortaleza, 1998.



**CEARÁ**  
**EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO**  
**DE PROFESSORES**

II

**Concurso Único**  
**para Professores**  
**da Rede Pública**



Banco Mundial



## PERFIL DA POLÍTICA DE MAGISTÉRIO

### NOME DA INICIATIVA

Concurso Único para Professores

### NOME DA INSTITUIÇÃO PATROCINADORA

Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará

### RESUMO EXECUTIVO

O Concurso Único para Professores da Rede Pública representa uma ação de parceria entre o Estado e os Municípios, fruto de um trabalho de construção consensual, no sentido de consolidar o regime de colaboração em atendimento às necessidades educacionais cearenses. Com esta iniciativa se pretendeu buscar um “professor padrão Ceará”, com o mesmo nível de competência em qualquer recanto do Estado. Isto significa estabelecer um parâmetro comum de qualidade para admissão para o quadro do magistério da rede pública.

É importante lembrar que, embora a existência de professores sem habilitação para o exercício do magistério se constitua um fenômeno em processo de extinção no país, esta situação ainda persiste na rede municipal nordestina, nela incluídos grande número de municípios cearenses. Das funções docentes no ensino fundamental, em 1996 (Dados do Censo Escolar), 26,3% correspondiam à formação de 1º grau (13,5% de 1º grau incompleto e 12,8% de 1º grau completo), 53,5% de 2º grau completo e 20,2% de 3º grau completo. Este quadro necessita ser compreendido à luz do contexto de salários extremamente baixos pagos pela maioria dos municípios até o advento do FUNDEF.

Embora o Poder Público tenha empreendido ao longo do tempo um esforço permanente de formação do magistério e houvesse um estoque de professores habilitados, os salários pagos pela rede municipal não ofereciam atrativos para pessoas com escolarização de nível médio, que podiam encontrar ocupações melhor remunera-





das. Com o FUNDEF esta situação tende a se modificar - há uma perspectiva de valorização dos professores com formação de nível médio, razão pela qual o Ceará visualizou no Concurso Único uma alternativa para incorporar ao sistema escolar um contingente de professores já qualificados. Em termos concretos esta medida significaria que a capacitação de professores leigos prevista pelo FUNDEF (Art. 7º, Parágrafo Único e 9º §1º e 2º) deveria contemplar somente os professores leigos com estabilidade no sistema, situação que não era predominante na maioria dos municípios cearenses.

O Concurso Único, portanto, delineou-se como um caminho para contratar professores qualificados nos termos da nova LDB, que admite a formação mínima de nível médio para as séries iniciais do ensino fundamental (Art. 62). Ao mesmo tempo, a lei que regula o FUNDEF (Lei nº 9.424/96), na interpretação feita no Ceará, embora admita a utilização de recursos do Fundo na habilitação de leigos, não deveria incentivar uma situação de excepcionalidade.

As primeiras idéias em torno da realização de tal iniciativa surgiram no seminário “*Construindo o Ceará do Futuro*” que agregou dirigentes e técnicos educacionais, lideranças empresariais, representantes de organizações da sociedade civil e outros segmentos formadores de opinião para refletir sobre os desafios da educação no Estado. Imediatamente após a aprovação da nova legislação educacional (EC nº 14/96, Lei nº 9.394/96 e Lei nº 9.424/96), o governo estadual realizou entre janeiro e março de 1997, um conjunto de vinte e um (21) encontros regionais de educação, que contaram com a participação de prefeitos, secretários municipais de educação, diretores de escolas, professores e outros interessados. As reuniões tiveram por finalidade discutir as inovações propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e refletir sobre as principais mudanças institucionais previstas pela nova legis-



lação, de modo específico questões relativas à valorização do magistério. Como desdobramento dos Encontros Regionais de Educação, formaram-se comissões para proceder ao levantamento de necessidades em relação ao magistério nos diferentes Municípios e regiões. Num segundo momento, foi constituída uma Comissão Estadual que, integrada por representantes dos Municípios e do Estado, passou a sistematizar as informações recebidas, delineando o formato do Concurso Único. Havia, nessa altura, um consenso em torno da importância da iniciativa que possibilitaria ao Estado buscar um perfil comum de qualidade para o recrutamento de professores.

Havendo decisão política de realizar o Concurso Único, estabeleceu-se um consenso de que não deveria haver participação compulsória na iniciativa. Ou seja, os Municípios que desejassem participar do mesmo, o fariam por adesão. O ônus financeiro do Concurso foi assumido pelo Estado. A instituição contratada para realizar a iniciativa foi a Universidade Estadual do Ceará (UECE), responsável por todas as etapas de seleção.

O Concurso foi realizado em dois momentos, tendo o primeiro processo de seleção se realizado em dezembro de 1997 e o segundo em junho de 1998. Em agosto de 1997, o Estado firmou convênio de cooperação técnica e financeira com 124 municípios, repassando recursos financeiros a um cálculo de custo/aluno/ano de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), visando ao cumprimento de dispositivos do processo de municipalização do Estado, da LDB e do FUNDEF. Nas duas etapas, o Concurso Único agregou um conjunto de 153 (83%) municípios do Ceará. No âmbito estadual, o Concurso visou ao preenchimento de cargo de professor da 5ª à 8ª série do ensino fundamental e para as três séries do ensino médio.

No âmbito municipal, foram oferecidas vagas para todas as séries do ensino fundamental, de acordo com o levantamento de carências feitas por cada município. Na primeira etapa, foram ofertadas 4.401 vagas na rede estadual e 23.842 vagas na rede dos municípi-



os integrantes do Concurso. Neste primeiro concurso concorreram 45.421 candidatos, tendo sido classificados como “habilitados ao exercício da profissão de professor” um total de 21.609 candidatos. No segundo processo seletivo foram selecionados 8.667 candidatos. Nestas duas experiências foram aprovados um total de 30.276 novos professores, os quais estão sendo gradativamente incorporados ao sistema público de ensino. Na avaliação dos dirigentes educacionais do Estado (Secretário de Educação e Coordenadora da Coordenadoria Técnico-Pedagógica), o Concurso representou um exemplo concreto do exercício do regime de colaboração. Embora ainda seja cedo para avaliar efeitos concretos dessa iniciativa, já se percebe que a presença dos professores concursados na escola está propiciando maior envolvimento e entusiasmo.

### **OBJETIVO GERAL**

Definir um parâmetro comum de qualidade para admissão no quadro do magistério da rede pública de ensino, estabelecendo um “professor padrão Ceará”.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Democratizar as oportunidades de ingresso para o magistério da rede pública de ensino;
- Racionalizar os processos de admissão no magistério mediante a integração das redes de ensino na seleção de profissionais habilitados, diminuindo os custos;
- Tornar transparente o sistema de ingresso para o magistério da rede pública de ensino.

### **PÚBLICO ALVO**

Profissionais com formação de nível médio e superior, conforme as exigências do Edital Público

### **Estratégias de recrutamento e seleção para participação na iniciativa**

Através de Edital Público divulgado em todas as escolas e nas diferentes mídias.



## **Participantes**

Profissionais habilitados conforme as exigências do Edital Público

## **Hipóteses sobre discrepância entre público alvo e participantes**

Não houve.

## **ARTICULAÇÃO**

### **COM POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

**Política:** Regime de Colaboração

**Nível:** Estadual e Municipal

**Ação:** Fortalecimento do regime de colaboração e de parcerias entre Estado e Municípios.

**Grau de Articulação:** Convênio entre Estado e Municípios integrantes do concurso.

### **COM POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**Política:** Valorização do Magistério (LDB Art. 67, Inc. I);

**Nível:** Federal;

**Ação:** Concurso Público para admissão de professores na rede pública de ensino.

## **CUSTOS ESTIMADOS**

Na primeira etapa do concurso único, de acordo com o contrato n.º 196/97 entre Governo do Estado e a Fundação Universidade Estadual do Ceará, celebrado por ocasião da prestação de serviços especializados destinados a inscrição e cadastro dos candidatos, elaboração, impressão, correção e aplicação das provas, análise de títulos, emissão das listagens e resultado final do concurso público, foi orçado um gasto de R\$ 689.812,00. Na segunda etapa, foram gastos R\$ 479.812,00.

## **COMENTÁRIOS SOBRE A FONTE DE FINANCIAMENTO**

As despesas decorrentes da execução das duas etapas do concurso único correram à conta dos recursos orçamentários da SEDUC.





## PERFIL DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DA INICIATIVA

A Comissão Executiva do Vestibular/CEV, responsável pela realização das duas etapas do concurso único, é um órgão operacional da Fundação Universidade Estadual do Ceará/UECE.

A CEV vem acumulando nas duas últimas décadas uma larga experiência com a organização e execução de concursos públicos, atendendo a demandas internas e externas.

## AVALIAÇÃO

### Mecanismos de acompanhamento/supervisão da iniciativa

Esta iniciativa foi acompanhada pela Comissão Estadual, integrada por representantes dos Municípios e do Estado e coordenada pela SEDUC.

## RESULTADO DA AVALIAÇÃO

	Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Instituição Patrocinadora</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abrangência da iniciativa considerando que os município participaram por adesão;</li> <li>- Ruptura com a tradição de contratação de professores leigos;</li> <li>- Constatação de que o Estado possui recursos humanos habilitados para o exercício do magistério;</li> <li>- Articulação do concurso único com a valorização do magistério;</li> <li>- Abertura de critérios técnico para o ingresso no magistério;</li> <li>- Ingresso de novos profissionais revitalizou o corpo docente das escolas públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não aproveitamento das informações sobre o perfil dos candidatos para a definição da política de formação para o magistério</li> </ul>
<b>Participantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade de ingressar no magistério da rede pública sem apadrinhamento político.</li> </ul>	



## PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS PROPOSTOS

Desafios	Como foi enfrentado	Observações (foram resolvidos)
- conseguir a adesão dos municípios;	- intensa mobilização e sensibilização das instituições parceiras como as associações de prefeitos, de secretários municipais, entre outros.	
- romper com a cultura do clientelismo político na admissão de pessoal	- conquistando a adesão dos municípios ao concurso.	

### LIÇÕES DA INICIATIVA PARA POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: OS CRITÉRIOS APONTADOS PELO DOCUMENTO “REFERENCIAIS”

1. A iniciativa propiciou a realização de um diagnóstico dos quadros existentes para informar a elaboração dos novos planos de carreira e remuneração do magistério (Lei 9.424/96, Art. 9º);
2. O Concurso Único viabilizou a definição de um padrão básico de qualidade docente em todo o Estado, contribuindo para a diminuição das desigualdades de nível de formação entre os professores das redes estadual e municipal;
3. A construção da proposta foi feita através de uma mobilização para discutir a educação, que culminou com a decisão do Concurso Único. O processo de mobilização existente e a articulação entre o Estado e os municípios pode contribuir para o sucesso de outras iniciativas;
4. O Concurso Único permitiu que professores qualificados ingressassem na rede independentemente de favorecimento político, constituindo-se em um instrumento de recrutamento e renovação do quadro de professores

### POSSIBILIDADES DE REPLICABILIDADE

Do ponto de vista técnico e financeiro esta é uma iniciativa plenamente replicável em outros contextos. Todavia, ele requer condições especiais de aproximação entre as instâncias federadas envolvidas.



## ENTREVISTA COM PROFESSOR N° 1

**PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE QUE ATENDE**  
Crianças de periferia.

### **PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO**

Nome	Tipo F. inicial, F. continuada, F. em serviço, EAD, Extensão, Aperfeiçoamento, Especialização	Período e Carga Horária
Capacitação em ciclos	Formação continuada	1998 - 20 h/a
Cursando licenciatura Plena em Ciências	Formação Inicial	1999 (início - tem duração de três anos)

### **QUESTÕES SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO**

#### **NOME DO PROGRAMA**

Concurso único para professores

#### **O QUE LHE MOTIVOU A PARTICIPAR DO CONCURSO? O QUE VOCÊ ACHOU DESSA INICIATIVA?**

Eu já trabalhava na área com contrato temporário. Também é uma das poucas oportunidades de trabalho que a gente tem. Eu achei esta iniciativa muito válida porque entrou muito gente boa, nova e a gente saiu daquela coisa do apadrinhamento político. Isso é muito importante para a gente enquanto profissional.

#### **QUAL ASSUNTO ABORDADO NO PROGRAMA QUE MAIS CHAMOU SUA ATENÇÃO? POR QUE? O QUE MUDOU PARA VOCÊ DEPOIS QUE INGRESSOU NO QUADRO EFETIVO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO PÚBLICO POR CONCURSO?**

O mais difícil foi a parte de Didática. O que eu mais gostei foi Ciências, Conhecimentos Gerais. Esta última estava enfocando temas bem atuais. Já Ciências coincidiu com os conteúdos que eu estava trabalhando na série que



estava lecionando na época, então... Eu vejo que depois que a gente passou a ser efetivo nós estamos tendo mais cursos de capacitação. Em termos de remuneração também melhorou bastante com os recursos do FUNDEF. Há uma valorização salarial muito significativa, a gente tem direito a despesas de custo quando participa dos cursos. Agora minha situação é bem melhor que antes.

### **QUAIS SERIAM SUAS RECOMENDAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?**

Eu sugeria que fosse elaborado um programa que enfatizasse a parte prática, vivencial. Isso é muito importante para a gente.

## **ENTREVISTA COM PROFESSOR Nº 2**

### **PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE QUE ATENDE** Crianças de periferia.

### **PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO**

<b>Nome</b>	<b>Tipo F. inicial, F. continuada, F. em serviço, EAD, Extensão, Aperfeiçoamento, Especialização</b>	<b>Período e Carga Horária</b>
Capacitação para AO/ Telensino	Formação continuada	1998 - 200 h/a
Capacitação em aceleração	Formação continuada	1999 - 20 h/a
Cursando Licenciatura Plena em Ciências	Formação Inicial	1999 (início - tem duração de três anos)

### **QUESTÕES SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO**

#### **NOME DO PROGRAMA**

Concurso único para professores



**O QUE LHE MOTIVOU A PARTICIPAR DO CONCURSO? O QUE VOCÊ ACHOU DESSA INICIATIVA?**

Questão de sobrevivência. Acho bom ter concurso porque a gente não fica à mercê dos políticos, ao mesmo tempo que dá oportunidade para pessoas que querem, são qualificadas possam ingressar pela porta da frente. Isso eu acho muito importante.

**QUAL ASSUNTO ABORDADO NO PROGRAMA QUE MAIS CHAMOU SUA ATENÇÃO? POR QUE? O QUE MUDOU PARA VOCÊ DEPOIS QUE INGRESSOU NO QUADRO EFETIVO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO PÚBLICO POR CONCURSO?**

O que eu tive mais dificuldade foi em Didática. O que eu mais gostei foi Matemática e Português. Para mim foi uma mudança pessoal e profissional. Hoje sou funcionária efetiva, estou tendo oportunidade de participar de diversos cursos, palestras... coisas que antes eu só ouvia falar, estava distante de mim.

Financeiramente aqui no município, com esse recurso do FUNDEF, a gente tem sentido uma melhora substancial nos nossos salários, nos incentivos, a participação em eventos... Acho que há uma valorização que antes não tinha.

**QUAIS SERIAM SUAS RECOMENDAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?**

Mais parte prática, de troca de experiência porque é isso que a gente sente falta quando está com o nosso aluno.



**CEARÁ**  
**EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO**  
**DE PROFESSORES**

**III**

**Sistema de**  
**Acompanhamento**  
**Pedagógico**



Banco Mundial



## PERFIL DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

### NOME DO PROGRAMA

Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP)

### NOME DA INSTITUIÇÃO CAPACITADORA

Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC)

### RESUMO EXECUTIVO:

O SAP é uma iniciativa estadual desenvolvida pela SEDUC em todas as regiões e municípios cearenses que aderiram ao programa, com o objetivo de fortalecer as estratégias em torno da melhoria da qualidade da educação, mediante as vertentes de acompanhamento à gestão escolar e acompanhamento ao ensino. Com base no princípio da descentralização, o SAP busca desenvolver uma ação pedagógica que assegure a unidade do ato de planejar, executar e avaliar o trabalho escolar, tendo como pressuposto a escola como centro da ação educativa. Este Sistema de Acompanhamento tem como eixo principal de suas ações a implementação das propostas curriculares e das políticas educacionais do Estado, definidas para cada nível e modalidade do ensino. Apoiado nos princípios de autonomia escolar, educação de qualidade e construção coletiva, o SAP vem viabilizando o desenvolvimento de uma estratégia de capacitação continuada e em serviço através do acompanhamento pedagógico desenvolvido entre pares e da troca sistemática de experiências, possibilitando o aprimoramento profissional dos participantes do Sistema.

Do ponto de vista operacional, o SAP se organiza a partir da articulação inter e intra-institucional em quatro instâncias: a escola, o município, a região e o órgão central. No âmbito da escola, estão envolvidos o coordenador pedagógico, o Conselho Escolar e os professores. No âmbito municipal, estão envolvidos a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, o professor coordenador de ensino (PCE). No âmbito regional, estão envolvidos os





professores coordenadores da equipe técnica de ensino e de gestão do CREDE (Centro Regional de Desenvolvimento da Educação). No âmbito da SEDUC, estão envolvidos os técnicos que constituem a Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico-pedagógico (currículo, formação docente, pesquisa e avaliação) e representantes da Coordenadoria de Articulação e Gestão educacional, Coordenadoria de Política e Planejamento Educacional e Coordenadoria de Monitoramento e Controle. Este programa envolve hoje um contingente de 732 PCE, 749 coordenadores pedagógicos, 120 técnicos de CREDE, 1.464 técnicos das Secretarias Municipais de Educação e 60 técnicos da SEDUC/sede.

Como estratégias de operacionalização no âmbito da escola destacam-se as reuniões quinzenais e mensais, envolvendo o coordenador pedagógico, o professor coordenador de ensino no município e os professores e, bimestralmente, ocorre uma reunião envolvendo o Conselho escolar; na esfera municipal acontecem tanto reuniões mensais dos professores coordenadores de ensino com os diretores gerais e coordenadores pedagógicos das escolas municipais quanto encontros mensais dos professores coordenadores de ensino com a equipe pedagógica da secretaria municipal de educação.

Além disso, acontecem visitas quinzenais às escolas pelos professores coordenadores de ensino do município; no âmbito regional ocorrem tanto visitas mensais às escolas pelos professores coordenadores de ensino do CREDE como encontros entre os professores coordenadores de ensino do CREDE e do município; a equipe central (SEDUC) reúne-se mensalmente com os professores coordenadores do CREDE, integrando-se a ação de visitas às escolas. A SEDUC desenvolve atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações de formação continuada e em serviço.

Como foco do estudo deste programa foi escolhido a vertente de acompanhamento ao ensino e, mais especificamente, a experiência em desenvolvimento no município de Sobral, sede do CREDE 06.





Nesta região, o SAP abrange 09 técnicos do CREDE, 1.432 professores de 48 escolas estaduais, contando com uma equipe formada por 48 coordenadores pedagógicos e 28 professores-coordenadores de ensino (PCE), além da participação de 2.608 professores de 20 secretarias de educação municipais que envolvem 40 professores-coordenadores de ensino.

A vertente de acompanhamento ao ensino define-se pela sua natureza pedagógica de suporte a ação docente em sala de aula e a melhoria do rendimento escolar. Nesta dimensão, o PCE desenvolve sua ação mediante: visitas às escolas, apoiando o professor em sua prática pedagógica; encontros com os coordenadores pedagógicos, auxiliando as atividades de planejamento e acompanhamento do professor na escola; atividades de docência assumidas nas diversas capacitações promovidas pela SEDUC através do CREDE; participação nas reuniões mensais, envolvendo as equipes do CREDE e SEDUC. Estas funções são comuns ao PCE da rede municipal e estadual.

### **OBJETIVO GERAL**

Contribuir para a melhoria da produtividade do fluxo escolar, da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e da gestão educacional, operacionalizando uma sistemática de acompanhamento permanente das atividades educacionais nos âmbitos escolar, municipal, regional e estadual.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Estruturar equipes de assessoramento, acompanhamento e avaliação do ensino e da gestão educacional nos níveis escolar, municipal, regional e central;
- Identificar os problemas pedagógicos e administrativos das regiões, municípios e escolas para enfrentá-los de forma adequada e cooperativa;
- Assessorar a escola com vistas à concepção e desenvolvimento eficiente do seu Projeto Pedagógico;



- Integrar estratégias diversificadas de capacitação dos recursos humanos da escola como forma de viabilizar um Programa de Formação Contínuo e em Serviço;
- Propiciar condições para o desenvolvimento da gestão participativa da escola e para fortalecimento de sua autonomia pedagógico-administrativa;
- Desenvolver sistemas e estratégias de acompanhamento e avaliação do desempenho das escolas, municípios, CREDE (Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação) e SEDUC para identificar, incentivar e divulgar inovações educacionais nas áreas de ensino e de gestão escolar.

## **PÚBLICO ALVO**

Professores da educação básica, professores coordenadores de ensino, coordenadores pedagógicos, direção geral, equipes de ensino e gestão dos CREDE e das Secretarias Municipais de Educação.

## **Estratégias de recrutamento e seleção para participação no programa**

Para o PCE, os critérios de escolha foram: ser professor da rede pública; ter experiência como professor de no mínimo dois anos; ter regime de trabalho 40 h/a, sendo que 50% dessa carga horária deve ser dedicadas a docência e as demais ao acompanhamento pedagógico.

Os demais participantes desse programa integram-se ao SAP como decorrência do cargo ou função que assumem.

Na rede estadual, o CREDE responsabilizou-se pela indicação dos PCE. Nos municípios que aderiram ao programa, esta escolha coube à secretaria municipal.

## PARTICIPANTES (SOBRAL)

Categoria	Nº de Participantes	
	Inicial	Final
1. Equipe Pedagógica do CREDE 6 (Ensino e gestão)	-	09
2. Professores coordenadores de ensino (PCE)*	-	68
3. Professores**	-	1.432
4. Coordenadores pedagógicos	-	48
Total	-	1.559

\* incluindo os PCE da rede municipal  
 \*\* refere-se somente aos professores da rede estadual. O CREDE não dispunha dos dados da rede municipal.

Fonte: MEC/INEP/SAEB

## HIPÓTESES SOBRE DISCREPÂNCIA ENTRE PÚBLICO ALVO E PARTICIPANTES

Não há discrepância entre o público alvo e os participantes.

## ARTICULAÇÃO

### COM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Política:** Políticas de Ensino;

**Nível:** Estadual;

**Ações do Programa Associadas à Política:** Implementação de uma nova concepção curricular;

**Grau e tipo de articulação:** Cooperação técnico-pedagógica e acompanhamento sistemático à prática docente.

**Política:** Gestão Educacional;

**Nível:** Estadual;

**Ações do Programa Associadas à Política:** Promoção de iniciativas visando um trabalho participativo e integrado na escola, envolvendo o Conselho Escolar; apoio à difusão de informações educacionais; melhoria dos indicadores educacionais.



**Grau e tipo de articulação:** Apoio a equipe de gestão do CREDE e ao núcleo gestor da escola; cooperação técnica: apoio à equipe de gestão do CREDE, à escola e ao professor na melhoria de sua prática pedagógica.

#### COM POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Política:** Formação Inicial e Continuada de Educadores (SEDUC, 1998);

**Nível:** Estadual;

**Ações do Programa associadas às políticas:** Capacitação continuada e em serviço das equipes técnicas da SEDUC e do CREDE, e no âmbito escolar, dos PCE, dos coordenadores pedagógicos e dos demais professores; acompanhamento pedagógico à ação docente e estímulo ao intercâmbio de experiência entre pares;

**Grau e tipo de articulação:** Mecanismo de fortalecimento da política de formação continuada e em serviço dos docentes do Estado.

#### COM OUTROS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**1. Programa:** capacitação de professores para suporte a implementação das políticas e inovações educacionais (redimensionamento das classes de alfabetização, reorganização do ensino em ciclos de formação, redimensionamento do telensino, implantação de classes de aceleração de aprendizagem);

**Nível:** Estadual;

**Grau e Tipo de Articulação:** Fortalecimento da política de formação continuada e em serviço da SEDUC.

**2. Programa:** Formação continuada de professores da rede pública;

**Nível:** Estadual;

**Instituição:** Fundação Demócrito Rocha/FDR (organização não-governamental);



**Grau e Tipo de Articulação:** Convênio entre SEDUC/SAS e FDR; participação de alguns educadores do SAP como elaboradores de fascículos; participação de todos os educadores do SAP como cursistas.

### CUSTOS ESTIMADOS (SOBRAL)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
- Elaboração/planejamento	não encontrado	não encontrado	não encontrado
- Material de consumo	não encontrado	não encontrado	12.000,00
- Hospedagem, alimentação, deslocamento/bolsas, diárias (outros serviços e encargos e pessoal)	não encontrado	não encontrado	34.624,00
Total	--	--	46.624,00

### COMENTÁRIO SOBRE A FONTE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

O SAP é financiado, em grande, com recursos do Salário Educação/Quota Estadual - SEQE, gerenciados pela Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico da SEDUC. Esta fonte financia material de consumo e outros serviços e encargos. Além disso, outras despesas (como diárias) são custeadas com recursos do Tesouro Ordinário do Estado.

### PERFIL DA INSTITUIÇÃO CAPACITADORA

A SEDUC é uma instituição pública vinculada à administração direta do governo do Ceará e tem como missão formular, coordenar, executar e acompanhar a implementação das políticas educacionais do Estado, assegurando a melhoria do acesso e da permanência escolar com sucesso.

Ao dar prioridade ao projeto '*Todos pela Educação de Qualidade para Todos*', a Secretaria de Educação Básica vem demonstrando determinação política e empenho na criação,

desenvolvimento e implantação de melhorias significativas na educação dos cearenses. Elegeu a escola como ponto de partida de toda a ação pedagógica, concentrou investimentos nesta área, criou mecanismo de acompanhamento e avaliação e tornou o processo educativo mais participativo e dinâmico.

Inspirada nesta nova visão a SEDUC propôs a autonomia escolar e identificou a parceria com os municípios como um caminho para um produtivo sistema de colaboração.

## CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO

### **Equipe central**

Integrar a equipe técnica das Coordenadorias da SEDUC;

### **Equipe regional**

Ser membro da equipe técnica de ensino e de gestão do centro regional dedesenvolvimento da educação;

### **Equipe municipal**

Compor a equipe pedagógica da secretaria municipal de educação e ser indicado como Agente pedagógico;

### **Equipe escolar**

- Coordenador pedagógico: selecionado por concurso para assumir esta função;
- Professor Coordenador de ensino: indicado pela equipe do CREDE e pela secretaria municipal de educação, entre os docentes com regime de 40 horas semanais, sendo seu tempo de trabalho distribuído 50% para a docência e 50% para o acompanhamento pedagógico aos demais professores.



## PERFIL DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO (SOBRAL)

<b>Função</b>	<b>Quant.</b>	<b>Formação</b>	<b>Experiência Profissional</b>
Técnicos e capacitadores da equipe central	03	Graduadas e com especialização	Professores com experiência em escola pública
Técnicos e capacitadores do CREDE	08	Graduadas e com especialização	Professores com mais de 5 anos de experiências
Coordenadores pedagógicos	48	graduados	Professores com experiência em escola pública
PCE	68	Ensino médio e graduados	Professores com reconhecida competência
Professores da rede estadual	1.432	Ensino médio e graduados	Professores
Professores da rede municipal	2.608	Ensino fundamental, Ensino médio e graduados	Professores



**AValiação**  
**Mecanismos de Acompanhamento/Supervisão do Programa**

Mecanismos e Instrumentos Utilizados	Público	Utilização dos Resultados	Tipo de Avaliação Processual Final	Instituição Avaliadora	Indicadores Utilizados
1. Reuniões mensais entre a SEDUC, do CREDE, PCE e sede e o CREDE	Equipes técnicas da SEDUC, do CREDE, PCE e Coordenadores Pedagógicos	Identificação de dificuldades na organização e funcionamento do programa;	Processual	Atividade compartilhada pelas diferentes instâncias envolvidas na iniciativa	Desempenho escolar dos alunos. Frequência à escola. Número de visitas do PCE às escolas da área de sua abrangência.
2. Reuniões mensais e/ou quinzenais entre a equipe do CREDE e os Professores Coordenadores de Ensino (PCE)	Equipe técnica do CREDE com os diretores de escolas e PCE	Encaminhamentos para solução dos problemas identificados.			
3. Visitas mensais da equipe central e regional às escolas	Equipes técnicas da SEDUC e do CREDE				
4. Visitas quinzenais da equipe regional às escolas	Equipes técnicas do CREDE, PCE e Coordenador Pedagógico				



## Mecanismos de Acompanhamento/Supervisão dos Participantes

Mecanismos e Instrumentos Utilizados	Público	Utilização dos Resultados	Tipo de Avaliação Processual Final	Instituição Avaliadora	Indicadores Utilizados
1. Visitas mensais da equipe técnica da SEDUC e do CREDE às escolas	Equipes técnicas da SEDUC e do CREDE, PCE e Coordenador Pedagógico	Redirecionar as ações em sala e na escola	Processual	O próprio grupo de participantes	Desempenho das equipes central, regionais, dos PCE e PC.  As experiências que deram
2. Visita do Professor Coordenador de Ensino à escola e à sala de aula	PCE Coordenador Pedagógico, Professores				
3. Encontros sistemáticos entre o Professor Coordenador de Ensino e os professores da escola	PCE Professores				
4. Encontros entre o Professor Coordenador de Ensino e os Coordenadores Pedagógicos da escola	Professor Coordenador de Ensino e Coordenador Pedagógico				



## MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO/SUPERVISÃO DO TRABALHO DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO

Durante o Programa	Após o Programa
<p>Reuniões mensais de avaliação entre a coordenação do SAP central e a equipe técnica da SEDUC, após as visitas de acompanhamento aos CREDES;</p> <p>Reuniões de estudo/aprofundamento das dificuldades evidenciadas pelos educadores do SAP;</p> <p>Reuniões de avaliação entre a equipe da SEDUC e do CREDE por ocasião das visitas mensais na região;</p> <p>Relatórios mensais com os registros das ações desenvolvidas nos encontros com os educadores do SAP e indicações de encaminhamentos;</p> <p>Boletins técnicos de orientações pedagógicas.</p>	<p>A avaliação é processual considerando tratar-se de um mecanismo presente durante todo o ano no contexto escolar</p>

## RESULTADO DA AVALIAÇÃO

	Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Instituição Capacitadora</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A troca de experiência entre pares;</li> <li>- A legitimidade do processo de acompanhamento do PCE que tem seu trabalho reconhecido pela comunidade escolar;</li> <li>- Valorização do saber de experiência do professor;</li> <li>- Integração entre SEDUC, CREDE e escolas;</li> <li>- A articulação intra-institucional;</li> <li>- Fortalecimento das políticas educacionais/propostas curriculares dos diferentes níveis e modalidades de ensino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o número de PCE que não é suficiente;</li> <li>- carência de recursos humanos no funcionamento do SAP;</li> <li>- falta de incentivos profissionais aos membros das equipes regionais e municipais;</li> <li>- falta de qualificação adequada de parte dos educadores do SAP.</li> </ul>
<b>Participantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o apoio no enfrentamento das dificuldades em sala de aula;</li> <li>- sistematicidade da cooperação técnico-pedagógica no âmbito do CREDE e da escola;</li> <li>- maior integração e melhoria das relações interpessoais entre os membros das equipes técnicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- pouco tempo para o PCE realizar o acompanhamento pedagógico.</li> </ul>



## PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS PROPOSTOS

Desafios	Como foi enfrentado	Observações (foram resolvidos)
Conquistar o professor com experiência reconhecida para fazer o trabalho do PCE	Através da realização de momentos de sensibilização	
Romper com as resistências do professor às mudanças pedagógicas implantadas	Com o fortalecimento da capacitação continuada e em serviço a partir das dificuldades identificadas no acompanhamento	
Aumentar o número de PCE	Registrando nas reuniões junto a SEDUC esta necessidade	
Garantir a efetividade da ação do coordenador pedagógico junto ao professor	Através da realização de momentos de sensibilização e esclarecimento de suas funções	
O SAP funcionar como elemento de mudança e de melhoria da ação do professor em sala de aula	Utilizando estratégias de visitas a sala de aula; a participação do coordenador pedagógico no processo de planejamento dos professores	

## LIÇÕES DO PROGRAMA PARA POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

1. O SAP se constitui em uma resposta aos problemas evidenciados em vários estudos anteriores (PPO - chamada a ação), que registram o isolamento do trabalho docente, ao mesmo tempo em que substitui mecanismos tradicionais de supervisão;
2. A criação estrutura de acompanhamento, envolvendo a secretaria estadual e os órgãos regionais de educação, as secretarias municipais, escolas estaduais e municipais, estabelece uma rede de comunicação que possibilita o fluxo de informação entre os atores do sistema;
3. O acompanhamento em serviço feito por professores que se destacam pela qualidade de seu trabalho, mas que não são retirados de suas atividades cotidianas na escola – estes atuam no sap em expediente e



continuam em sala de aula durante o outro – é um mecanismo importante de valorização do trabalho do professor e de capacitação entre pares;

4. A ação de acompanhamento do trabalho pedagógico do professor em sala de aula é uma estratégia efetiva de capacitação continuada e em serviço.

### **POSSIBILIDADES DE REPLICABILIDADE**

É preciso esclarecer que o SAP é, antes de tudo, uma estratégia permanente e contínua de apoio e fortalecimento das ações de formação continuada e em serviço. Do ponto de vista curricular, pedagógico e financeiro esta é uma iniciativa que pode se constituir como uma alternativa ao modelo tradicional de ‘supervisão’.

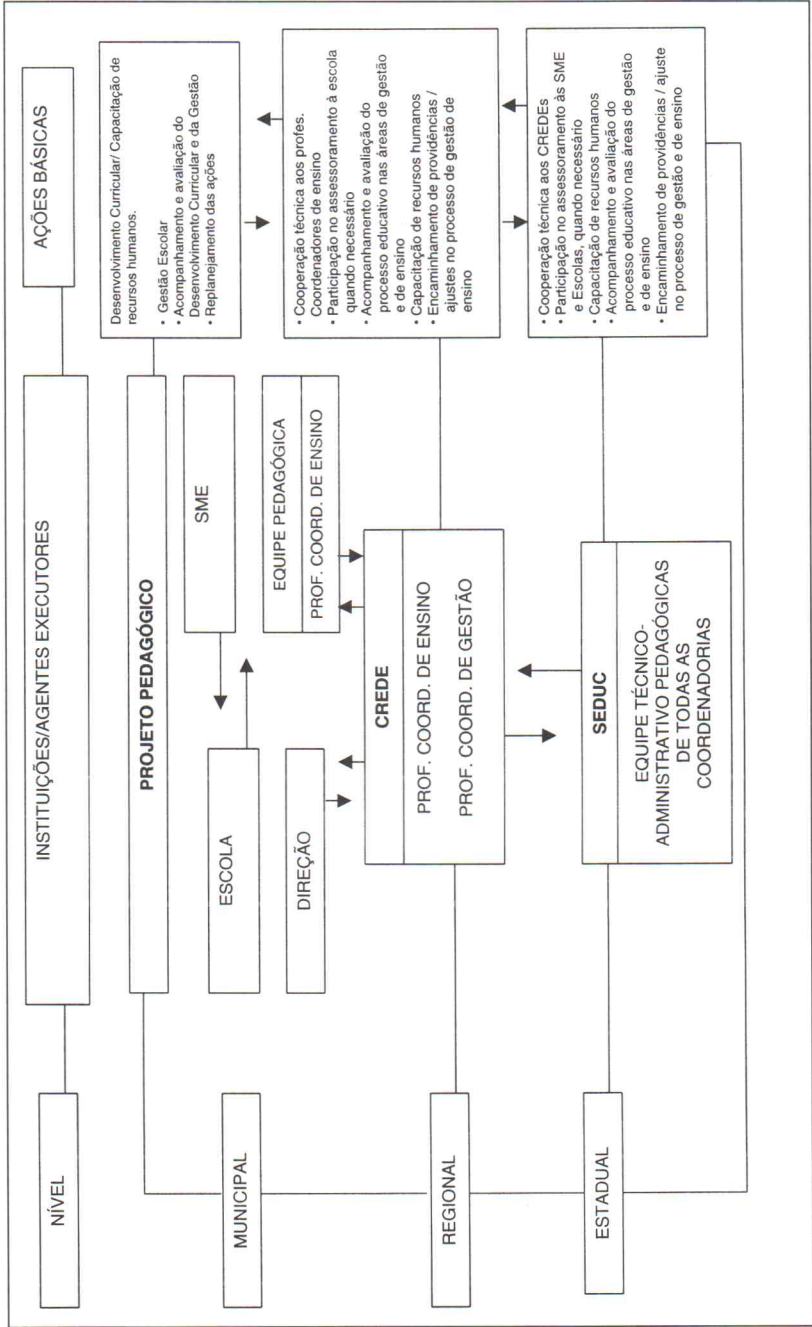
Entretanto, isto só será possível desde que assegurado o processo de integração entre as diferentes instâncias educacionais (SEDUC/CREDE/ESCOLA/PROFESSOR), bem como o envolvimento e a credibilidade dos sujeitos que dele participam.

### **OUTROS ASPECTOS CONSIDERADOS RELEVANTES**

Entre os aspectos relevantes destacam-se:

- a integração entre as instâncias do sistema público de ensino;
- o desenvolvimento de uma cultura de trabalho coletivo entre os pares;
- a legitimidade da ação do PCE, reconhecido como um profissional com condições de auxiliar os colegas;
- a criação de grupos de estudo no CREDE e na ESCOLA envolvendo os professores, os professores coordenadores e os professores coordenadores de ensino;
- o resgate ao protagonismo do professor e a valorização da função docente e de apoio à docência.

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PROGRAMA: ORGANOGRAMA**



**ENTREVISTA COM PROFESSOR Nº 1****PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE QUE ATENDE**

Alunos pobres, pais com pouca instrução

**PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO**

Nome	Tipo F. inicial, F. continuada, F. em serviço, EAD, Extensão, Aperfeiçoamento, Especialização	Período e Carga Horária
Curso de capacitação para as séries iniciais	Formação continuada	1998 - 40 h/a
Língua Portuguesa	Formação continuada	1999 - 80 h/a

**QUESTÕES SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO****NOME DO PROGRAMA**

Sistema de Apoio Pedagógico/SAP.

**COMO VOCÊ DESCREVERIA O PROGRAMA DO QUAL VOCÊ PARTICIPOU?****QUAL ERA O OBJETIVO PRINCIPAL E COMO ELE FOI DESENVOLVIDO?**

O SAP vem sendo um trabalho muito positivo junto aos professores. A idéia é ajudar o professor na sala de aula visando à melhoria da qualidade do ensino.

**QUAL ASSUNTO ABORDADO E/OU PRÁTICA PEDAGÓGICA UTILIZADA NO PROGRAMA MAIS COLABOROU COM SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA? EXPLIQUE E DÊ UM EXEMPLO CONCRETO.**

O centro da ação do SAP é o trabalho pedagógico. Eu posso dizer que o trabalho pedagógico agora é diferente. Mudou, é no coletivo. Um ajuda o outro, discute-se os problemas da sala de aula. Um exemplo prático: coordeno o SAP na escola. Pergunto ao professor se está tudo bem, se ele quer ajuda. Se ele quiser vou na sala. Não sento lá atrás. Chego e pergunto se posso ajudar. Aí aproveito para sentir a aula, observar. Depois a gente conversa com o professor. Converso também com o aluno, tiro dúvidas e oriento.

## QUAIS SERIAM SUAS RECOMENDAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Acho que deveria ser um PCE por escola. Daria para fazer um trabalho muito melhor.

### ENTREVISTA COM PROFESSOR Nº 2

#### PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE QUE ATENDE

Alunos de classe média baixa e pobres, pais com certa instrução

#### PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO

Nome	Tipo F. inicial, F. continuada, F. em serviço, EAD, Extensão, Aperfeiçoamento, Especialização	Período e Carga Horária
Curso de capacitação para OA/Telensino	Formação continuada	1997 - 80 h/a
Língua Portuguesa	Formação continuada	1996 - 80 h/a
Matemática	Formação continuada	1996 - 40 h/a

#### QUESTÕES SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO

##### NOME DO PROGRAMA

Sistema de Acompanhamento Pedagógico/SAP

#### COMO VOCÊ DESCREVERIA O PROGRAMA DO QUAL VOCÊ PARTICIPOU?

#### QUAL ERA O OBJETIVO PRINCIPAL E COMO ELE FOI DESENVOLVIDO?

O SAP veio trazer uma mudança significativa no acompanhamento do nosso trabalho, principalmente nessa última gestão. Para nós, professores, ele serve como apoio às dificuldades que a gente enfrenta na sala de aula, na melhoria da aprendizagem do aluno.





**QUAL ASSUNTO ABORDADO E/OU PRÁTICA PEDAGÓGICA UTILIZADA NO PROGRAMA MAIS COLABOROU COM SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA? EXPLIQUE E DÊ UM EXEMPLO CONCRETO.**

Além do acompanhamento da PCE, o que eu acho mais positivo é que uma vez por mês, já vem na nossa agenda de atividades, a coordenadora pedagógica vai de sala em sala, conversa com os alunos, ouve como eles estão percebendo o trabalho do professor. Depois ela vem conversar com a gente. Isso é muito bom, ajuda a gente a crescer. Eu já tive situações de achar que estava muito bem e nessas conversas ela constatou que os alunos me achavam autoritária, fechada. Eu estou procurando mudar. Não é fácil, mas estou tentando com a ajuda das colegas.

**QUAIS SERIAM SUAS RECOMENDAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?**

O melhor do SAP é esse diálogo com a gente e com os alunos. É fundamental.





**CEARÁ**  
**EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO**  
**DE PROFESSORES**

**IV**

**Programa de**  
**Licenciaturas**  
**Breves**



Banco Mundial



## PERFIL DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

### NOME DO PROGRAMA

Programa de Licenciaturas Breves

### NOME DA INSTITUIÇÃO CAPACITADORA

Universidade Estadual do Ceará

### RESUMO EXECUTIVO

As Licenciaturas Breves são iniciativas desenvolvidas através das universidades estaduais cearenses (Universidade Estadual do Ceará - UECE - Universidade Vale do Acaraú - UVA - e Universidade Regional do Cariri - URCA) visando à formação de professores do ensino fundamental, sendo realizadas em parcerias com as prefeituras municipais através de suas secretarias de educação.

Em maio de 1999, essas iniciativas somavam convênios com aproximadamente 55 municípios, variando a natureza e as formas de parcerias adotadas entre as diferentes instituições envolvidas. Neste quadro, a UECE é responsável por um conjunto de 35 municípios, abrangendo 1.110 alunos.

A escolha do Programa da UECE deveu-se ao pioneirismo dessa proposta no Estado. Em sua esfera de abrangência, definiu-se o município de Maracanaú como foco do estudo, uma vez que foi um dos primeiros a participarem da experiência, o qual envolve hoje um total de 240 alunos-professores, através da oferta de 06 turmas. A clientela abrange professores e diretores de escolas municipais com nível médio. As duas primeiras turmas (80 alunos) da Licenciatura Breve em Maracanaú foram iniciadas em agosto de 1997, estando a conclusão do curso prevista para agosto de 1999.

Ao avaliar o Programa de Licenciatura Breve a responsável pela Coordenadoria Técnico-pedagógica da Pró-reitoria de Graduação da UECE, setor responsável por sua criação, implantação e desen-



volvimento, destacou que esta é uma ação “*importantíssima do ponto de vista político e pedagógico porque fez uma ruptura com a estrutura, com os modelos pedagógicos existentes de formação docente e com os relacionamentos políticos que se tinha em termos de universidade. A UECE não é mais a mesma*”.

A mesma, em seguida, explicou o que está mudando: “*os cursos de licenciatura estão se sentindo desafiados a mudar sua estrutura pois a proposta pedagógica do programa pressupõe uma integração interdepartamental e interdisciplinar*”. Esta expectativa também foi mencionada pelo Secretário de Educação de Maracanaú ao comentar que “*os cursos extensivos estão fadados ao insucesso*”.

Este assim analisou o programa: “*a licenciatura trabalha de forma compacta e seu ponto positivo é a articulação teoria e prática através da ação docente supervisionada. Aqui o resultado vem sendo extremamente satisfatório, os nossos professores estão mudando sua postura*”.

A Diretora do Departamento de Educação Básica desta secretaria, ao reafirmar a avaliação do Secretário, ressaltou que “*o sucesso da licenciatura breve na formação de professores é resultado da definição do tipo de profissional desejado pelo município, o que foi possível mediante um processo intensivo e compartilhado de discussão e tomada de decisão com a universidade*”.

## **OBJETIVO GERAL**

Favorecer o desenvolvimento de profissionais da educação, contribuindo para a melhoria do sistema de ensino estadual e municipal, através da qualificação a nível de licenciatura plena.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Criar mecanismos de integração entre as instituições de ensino e pesquisa do estado do Ceará, através da efetivação

de parcerias nos diversos programas de formação e educação continuada desenvolvidos pela Universidade Estadual do Ceará e secretarias de educação dos municípios cearenses;

- Desenvolver a política de graduação da UECE para o período 1996/2000, através do Núcleo de Educação Continuada e à Distância, Centros e Faculdades, implantando as Licenciaturas Breves, como experiências educacionais inovadoras, em consonância com a proposta da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

### **PÚBLICO ALVO**

Professores do ensino fundamental da rede pública de ensino com nível médio.

### **ESTRATÉGIAS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA**

Vestibular especial para professores da rede pública.

### **PARTICIPANTES (MARACANAÚ)**

Categoria	Nº de Participantes		
	1997.1	1998.1	1999.1
1. Professores	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
2. Diretores	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
3. Supervisores	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
Total Parcial	80 alunos	80 alunos	80 alunos
Total Final		240 alunos	

### **HIPÓTESES SOBRE DISCREPÂNCIA ENTRE PÚBLICO ALVO**

#### **E PARTICIPANTES**

Não há discrepância entre o público alvo e o participante considerando que todos são professores e estão atuando em sala de aula em um turno (100 h/a)



## ARTICULAÇÃO

### COM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Política:** criação de experiências inovadoras de graduação na UECE;

**Nível:** Estadual;

**Ações do programa associadas à política:** Criação do Centro de Educação, revitalização do Núcleo de Educação Continuada e a Distância/NECAD, criação de um regime especial de formação de professores, melhoria dos laboratórios para ensino;

**Grau e tipo de articulação:** Assessoria técnica da Prograd ao programa no município conveniado; articulação política junto ao Conselho de Educação do Ceará/CEC, Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia/Secitec, Secretarias de Educação Municipal/SEM

### COM POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Política:** Formação de professores do ensino fundamental em nível superior (LDB, Art. 62 e 87);

**Nível:** Federal;

**Ações do programa associadas à política:** Licenciatura Plena para professores com formação de nível médio que atuam na rede municipal;

**Grau e tipo de articulação:** Convênio entre o Sistema Municipal de Educação e Universidade.

### COM OUTROS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Programa:** Cursos de Formação para Professores em Regime Especial da Universidade Regional do Cariri/URCA

**Tipo de instituição:** Universidade

**Tipo de articulação:** Assessoria e troca de experiência.

**CUSTOS ESTIMADOS**

Discriminação		Valor (R\$)	Nº Turmas	Nº Alunos	Duração do Curso
- Pessoal	. Coordenação do curso	14.400,00	2 Turmas	80 Alunos	2 Anos
	. Administrativo	21.600,00			
	. Tutoria	56.520,00			
	. Hora-aula	72.000,00			
- Encargos sociais		24.678,00			
- Material didático		19.200,00			
- Outros encargos		07.122,00			
- Taxas		24.480,00			
- Total		240.000,00			

**COMENTÁRIOS SOBRE A FONTE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA**

O programa de Licenciatura Breve é financiado com recursos provenientes do FUNDEF através de convênio com a Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação.

**PERFIL DA INSTITUIÇÃO CAPACITADORA**

A UECE é uma instituição que se caracteriza pela forte ênfase em cursos de formação de professores, tanto em seus cursos convencionais de graduação como em cursos especiais voltados para o atendimento de necessidades específicas do sistema de ensino. Esta IES oferece atualmente 22 cursos de graduação em Fortaleza e no interior do Estado atua em treze municípios com uma oferta de 26 Cursos de Graduação, nas modalidades de Licenciatura Plena, desenvolvida em Cursos Regulares e em Programas Especiais de Formação de Professores e Bacharelado. Seu corpo discente constitui-se hoje de 14.200 alunos matriculados em seus cursos de graduação, sendo 10.725 na capital.

Os cursos especiais, que vêm sendo desenvolvidos pela Pró-reitoria de Graduação/PROGRAD através da Coor-







denadoria Técnico-pedagógica/CTP e do Núcleo de Educação Continuada e a Distância/NECAD, visam tanto a plenificação da formação de nível superior como a formação de professores com nível médio e em exercício docente. Em seus 23 anos de existência a UECE já diplomou, em nível de graduação, 24.064 profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento.

### CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO

Seleção através de curriculum vitae de candidatos.

### PERFIL DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO

<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Formação</b>	<b>Experiência Profissional</b>
Supervisor do Curso	01	Mestre	Professor universitário
Coordenador do Curso	01	Mestre	Professor da rede municipal há mais de 05 anos, professor-orientador da ação docente supervisionada
Professor	65	Doutorado (05) Mestrado (21) Especialização (34) Graduação (05)	Professores com experiência na graduação e com formação de professores

## AValiação

### Mecanismos de Acompanhamento/Supervisão dos Participantes

Mecanismos e Instrumentos Utilizados	Público	Utilização dos Resultados	Tipo de Avaliação Processual Final	Instituição Avaliadora	Indicadores Utilizados
1. Ficha de Avaliação do Professor	Professores-alunos				Desempenho do professor, domínio de conteúdo, relação com os alunos
2. Visita do Supervisor e Coordenador do curso ao local onde o programa funciona	Supervisor, Coordenador do curso, professores-alunos				Organização do Curso, nível de satisfação dos alunos
3. Ficha de avaliação do currículo do curso	Professores-alunos	Redimensionar as ações do programa nas dimensões administrativa, pedagógica e curricular	Processual e final	Interna, realizada pela PROGRAD através da Coordenadoria Técnico-pedagógica	Adequação da carga horária do curso, adequação das disciplinas ao curso, adequação da metodologia, contribuição dos conteúdos para a ampliação dos conhecimentos dos alunos, integração teoria e prática.
4. Ficha de avaliação dos professores-orientadores	Professores-alunos				Desempenho do professor, domínio de conteúdo, relação com os alunos

## Mecanismos de Acompanhamento/Supervisão dos Participantes

Mecanismos e Instrumentos Utilizados	Público	Utilização dos Resultados	Tipo de Avaliação Processual Final	Instituição Avaliadora	Indicadores Utilizados
1. Avaliação ao final de cada disciplina	Professores-alunos	Sintetizado em mapas gerais utilizando a escala EBRIN e serve para definir a complementação de estudos.	Processual e final	Grupo de professores-orientadores com assessoria da coordenadoria técnico-pedagógica	Aplicação prática, domínio conceitual
2. Avaliação da ADS		Neste caso, o conceito pode vir a ser redefinido se o aluno obtiver êxito			
3. Avaliação semestral		Redefinir a ação pedagógica tendo em vista a melhoria da aprendizagem do aluno			Nível de aprendizagem tomando como referência a escala EBRIN



## MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO/SUPERVISÃO DO TRABALHO DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO

Durante o Programa	Após o Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ao final de cada disciplina é aplicado junto aos professores-alunos um instrumental avaliando o desempenho do professor em sala de aula. Esta avaliação leva em consideração o domínio conceitual da área, o relacionamento com o grupo, a metodologia e assiduidade;</li> <li>- O trabalho dos professores que ministram disciplinas no Curso é avaliado semestralmente pelos coordenadores de área do programa em conjunto com o coordenador de curso e o supervisor. Esta apreciação considera o desempenho dos alunos, o resultado do instrumental aplicado ao professores-alunos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Conselho de Educação do Ceará/CEC anunciou que fará uma avaliação do programa ao término das primeiras turmas, previsto para agosto de 1998 (externa);</li> <li>- Entrevista com os prefeitos, secretários de educação e diretores de escola onde os cursos funcionam</li> <li>- A ação dos professores-orientadores será avaliada no final da disciplina, que coincide com a conclusão do curso, tomando como referência seu desempenho e o crescimento do professor-aluno por ele acompanhado;</li> </ul>

## RESULTADO DA AVALIAÇÃO

	Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Instituição Capacitadora</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Penetração da universidade no interior ofertando ensino superior;</li> <li>- Redução dos índices de professor leigo;</li> <li>- Dar condição aos professores para permanência no Plano de Carga e Carreira/PCCdo município;</li> <li>- Mudança cultural que está ocorrendo no professor-aluno;</li> <li>- Contribuição na melhoria das ações dos profissionais na escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de construir entre a equipe de capacitação a cultura de uma ação interdisciplinar e coletiva;</li> <li>- Dificuldade de articular o tempo do curso com o tempo do professor-aluno;</li> <li>- Dificuldade de deslocamento do professor ao município;</li> <li>- Falta de estrutura do município para apoiar o curso.</li> </ul>
<b>Participantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A apropriação de conhecimentos na área de Filosofia, Sociologia, Psicologia e Política Educacional;</li> <li>- A organização do curso no município;</li> <li>- O acompanhamento sempre presente do coordenador do curso no município;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouca disponibilidade de tempo;</li> <li>- Preconceito da população com a 'licenciatura breve';</li> <li>- A carga horária da ação docente supervisionada/ADS, deveria ser maior.</li> </ul>



## RESULTADO DA AVALIAÇÃO (continuação)

	Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Secretário de Educação de Maracaná</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação com a universidade na formação dos professores;</li> <li>- Articulação teoria e prática possibilitada pela ADS;</li> <li>- Processo constante de avaliação do curso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O pouco tempo dos professores para estudarem.</li> </ul>
<b>Diretora do Departamento de Educação Básica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interação da Universidade com o sistema de ensino público;</li> <li>- O processo de discussão entre município e universidade na definição do perfil de profissional que o município necessitava;</li> <li>- Articulação teoria e prática possibilitada pela ADS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de maior disponibilidade de tempo para estudo por parte dos professores;</li> <li>- A descontextualização de alguns professores que chegam ao município para ministrarem disciplinas.</li> </ul>
<b>Coordenador do Curso em Maracaná</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quadro de professores selecionados para lecionarem no curso;</li> <li>- Vontade de aprender dos alunos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de rotatividade do grupo de professores para lecionarem no curso.</li> </ul>

## PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS PROPOSTOS

Desafios	Como foi enfrentado	Observações (foram resolvidos)
Definir o perfil do profissional que o município desejava	Através de discussões entre a equipe do município e a universidade	
Disponibilidade de tempo dos professores para participarem do curso	Com aulas aos sábados e com uma carga horária mais leve durante a semana (3 h/a)	
Encontrar tempo para que os alunos estudem	Está sendo discutido como resolver	



## **LIÇÕES DO PROGRAMA PARA POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: OS CRITÉRIOS APONTADOS PELO DOCUMENTO “REFERENCIAIS”**

1. A articulação entre a universidade e as prefeituras permite uma troca importante entre a academia e o sistema escolar, quebrando o isolamento entre as partes e propiciando aproveitamento mútuo na relação teoria-prática;
2. Propiciar ao professor da rede pública formação de nível superior, através de um mecanismo que não o retira de suas atividades cotidianas e valoriza a capacitação em serviço, demonstra que a universidade pode encontrar alternativas viáveis e adequadas para situações específicas;
3. A licenciatura breve incorpora a carga horária prática do professor à estrutura curricular do curso e, através de um mecanismo de acompanhamento (ação docente supervisionada), contribui para que este construa um conhecimento teórico a partir de sua experiência;
4. Os depoimentos dos participantes registram que o acesso a formação superior contribui para o fortalecimento de sua auto-imagem e promove uma ampliação da vida cultural do professor, elementos importantes de sua formação humana e profissional.

### **POSSIBILIDADES DE REPLICABILIDADE**

Do ponto de vista do financiamento, cabe frisar que o Programa de Licenciatura Breve tem um custo aluno mensal de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais). Este valor, se tomado isoladamente e de modo comparado aos custos de um aluno da rede privada, pode parecer razoável haja vista tratar-se de uma formação de nível superior.

Por outro lado, se considerada a arrecadação dos municípios cearenses, esta é uma iniciativa apenas possível mediante a transferência dos recursos estaduais e federais que vêm acontecendo com a implementação do FUNDEF. No tange ao aspecto curricular e pedagógico, esta iniciativa destaca-se, enquanto experiência inovadora, pela adequação à realidade





cearense demandada na formação de professores mediante a criação de mecanismos que articulam: educação presencial, articulação teoria e prática docente, formação em serviço e sistemática de avaliação da aprendizagem e do programa.

## OUTROS ASPECTOS CONSIDERADOS RELEVANTES

Como aspecto relevante do Programa de Licenciatura Breve cabe destacar:

- a **mudança cultural** dos professores em exercício, os quais apontam como central nesse processo sua apropriação dos conhecimentos na área de Filosofia, Sociologia, Psicologia e Política educacional. Estes conhecimentos tem lhes possibilitado uma visão mais estrutural das relações entre educação e sociedade, escola e poder público;
- a **articulação teoria e prática**. Este trabalho é efetivado curricularmente através da disciplina Ação Docente Supervisionada/ADS, com duração de 1.440 h/a distribuídas ao longo de quatro (04) semestre. A ADS é operacionalizada por um professor-orientador, responsável por um grupo de oito (08) a dez (10) professores-alunos, através de três momentos:
  - da observação de duas a quatro horas da atuação individual do professor-aluno;
  - da mediação, momento de análise das práticas observadas, envolvendo o grupo de oito (08) a dez (10) professores-alunos;
  - da síntese, momento de organização dos saberes e práticas repensadas através da produção de um memorial.



**ENTREVISTA COM PROFESSOR N° 1****PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE QUE ATENDE**  
Alunos pobres da periferia**PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO**

Nome	Tipo F. inicial, F. continuada, F. em serviço, EAD, Extensão, Aperfeiçoamento, Especialização	Período e Carga Horária
Curso de capacitação em Educação Física	Formação continuada	Jan/1998 - 40 h/a
Curso de capacitação em Matemática	Formação continuada	1999 - 72 h/a
Formação continuada para professores da Rede Pública	Formação continuada	1999 - 200 h/a (em desenvolvimento)

**QUESTÕES SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO****NOME DO PROGRAMA**

Licenciatura Breve - Maracanau.

**COMO VOCÊ DESCREVERIA O PROGRAMA DO QUAL VOCÊ PARTICIPOU?****QUAL ERA O OBJETIVO PRINCIPAL E COMO ELE FOI DESENVOLVIDO?**

É um curso para nossa formação em nível superior. Tem esse objetivo.

**QUAL ASSUNTO ABORDADO E/OU PRÁTICA PEDAGÓGICA UTILIZADA NO PROGRAMA MAIS COLABOROU COM SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA? EXPLIQUE E DÊ UM EXEMPLO CONCRETO.**

Todas as disciplinas são muito importantes, mas as que eu mais cresci foram Filosofia, Sociologia, Psicologia e Política Educacional. Gostei porque era novidade e me fizeram crescer, me despertaram... me fizeram sair do senso comum e buscar fundamentação para as minhas impressões, opiniões. Enfim, foram disciplinas que serviram para







me amadurecer enquanto profissional e ser humano. O que mais tem colaborado com minha prática em sala de aula está sendo a parte de Psicologia, a questão das fases processuais de aprendizagem... a noção de acomodação e assimilação. A gente, às vezes no dia-a-dia, esquece como acontece esse processo quando está lidando com o aluno, não leva em conta... Após o término dessa disciplina, eu estou mais cuidadosa com os alunos. Tenho cuidado de perceber se ele entendeu, qual a dificuldade para decidir como posso intervir.

### QUAIS SERIAM SUAS RECOMENDAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Que mecanismos como a ADS fossem reforçados porque é uma experiência de troca com o professor e com os colegas que enriquece muito.

## ENTREVISTA COM PROFESSOR Nº 2

### PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE QUE ATENDE

Alunos pobres da periferia

### PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO

Nome	Tipo F. inicial, F. continuada, F. em serviço, EAD, Extensão, Aperfeiçoamento, Especialização	Período e Carga Horária
Curso de capacitação para Orientador de Aprendizagem no Telensino	Formação continuada	1997 - 80 h/a
Curso de capacitação em Matemática	Formação continuada	1997 - 80 h/a
Curso de capacitação para Orientador de Aprendizagem no Telensino	Formação continuada	1999 - 200 h/a
Escola Viva	Formação continuada	1999 120 h/a
Formação continuada para professores da Rede Pública	Formação continuada	1999 200 h/a (em desenvolvimento)





## QUESTÕES SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO

### Nome do programa

Licenciatura Breve - Maracanaú

**COMO VOCÊ DESCREVERIA O PROGRAMA DO QUAL VOCÊ PARTICIPOU?**

**QUAL ERA O OBJETIVO PRINCIPAL E COMO ELE FOI DESENVOLVIDO?**

É um programa muito bom, onde a gente tem aprendido muito. Aqui se exige muito estudo, diferente dos cursos regulares. Aqui nós não temos falta de professor. Os encontros sempre acontecem. O objetivo é nossa formação de nível superior.

**QUAL ASSUNTO ABORDADO E/OU PRÁTICA PEDAGÓGICA UTILIZADA NO PROGRAMA MAIS COLABOROU COM SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA?**

**EXPLIQUE E DÊ UM EXEMPLO CONCRETO.**

A Psicologia foi a disciplina que mais contribuiu para nossa vivência em sala de aula. Contribuiu porque muitas das nossas dúvidas foram esclarecidas, principalmente na parte do relacionamento afetivo professor-aluno. Por exemplo: eu sempre fui fechadona, quando um aluno tirava brincadeira comigo eu sempre levava para a direção, deixava sem recreio... Eram essas as punições que eu dava. Depois dessa disciplina eu procuro resolver, conversar... Eu hoje tenho mais argumento para tratar e compreender o jeito do meu aluno.

**QUAIS SERIAM SUAS RECOMENDAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?**

Mais momentos como a ADS. A articulação teoria e prática é fundamental para nós conseguirmos fazer a ponte entre o que a gente estudou e o que a gente vive dentro da sala.



Banco Mundial



Banco Mundial



**CEARÁ**  
**EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO**  
**DE PROFESSORES**

**V**

**Formação Continuada**  
**de Professores da**  
**Rede Pública**



## PERFIL DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

### NOME DO PROGRAMA

Formação Continuada de Professores da Rede Pública

### NOME DA INSTITUIÇÃO CAPACITADORA

Fundação Demócrito Rocha/FDR

### RESUMO EXECUTIVO

O Programa Formação Continuada de Professores é uma iniciativa de âmbito estadual realizada pela Fundação Demócrito Rocha em parceria com a Secretaria de Educação Básica/SEDUC e Secretaria do Trabalho e Ação Social, contando com a colaboração das 184 Secretarias de Educação Municipal, visando a capacitação de professores das séries/ciclos iniciais de formação (ensino fundamental). Abrange todas as regiões administrativas do Estado (num total de 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE), envolvendo 10.903 unidades escolares e 32.660 professores das redes públicas de ensino (estadual e municipais). Desse total de professores, 55% estão localizados na zona urbana, 27% na zona rural e os demais não identificaram sua localização. Quanto a participação das redes de ensino, 70% dos professores atuam nas escolas municipais, 20% nas escolas estaduais e 10% não informaram a que rede pertencem. O grau de escolaridade dos participantes é bastante variada, predominando professores com formação de nível médio (49,34%).

Trata-se de um programa de formação continuada a distância e em serviço com duração de 200 h/a para um período de 12 meses, focalizando conteúdos e metodologias das áreas de Linguagem, Matemática, Ciências e Estudos Históricos e Geográficos. O Projeto completo é formado por 51 fascículos impressos em cores e com 16 páginas, veiculados semanalmente; serviço de tutoria presencial, com atendimento semanal; 26 jornais da Escola, tama-



no tablóide com 8 páginas coloridas, veiculados quinzenalmente; 12 programas televisivos veiculados mensalmente; linha telefônica 0800 com acesso gratuito, fax-simile aberto para atendimento e correio eletrônico em tempo real funcionando diariamente. Os fascículos semanais do curso são enviados, para cada professor, por mala direta às escolas públicas, elos de comunicação da rede, constituindo uma malha de integração monitorada pelo Jornal da Escola e programa de TV e demais serviços.

A administração do curso, assumida pela FDR, é feita de forma centralizada e organizada em sub-setores específicos que são monitorados e acompanhados pelas instituições parceiras. Para tanto, foi estruturado uma coordenação colegiada composta dos seguintes membros: coordenador da SEDUC, coordenador geral do projeto, coordenador do Jornal da Escola, coordenador do Programa de TV, coordenador da linha 0800. Além disso, estruturou-se um setor de apoio encarregado da distribuição dos materiais, do apoio à comunicação à distância, do registro/arquivo de dados/certificação e do apoio à realização de avaliações e auto-avaliações. Outro aspecto da operacionalização do programa consiste na organização de um Sistema Informatizado de controle e acompanhamento do Curso, o qual permite o acompanhamento detalhado individual dos cursistas e também um número de estatísticas que permite observar o andamento do curso sob diversos aspectos.

O sistema de avaliação do programa contempla três aspectos: avaliação do aluno durante o curso, avaliação institucional do curso, avaliação da repercussão do curso na relação professor-aluno. A aferição da aprendizagem do aluno-professor durante o curso será realizada mediante a aplicação de três avaliações presenciais para cada área, sendo uma após o 5º fascículo, outra após o 10º fascículo e a terceira ao final dos fascículos da área, visando a recuperação de nota ou frequência. Estas avaliações são cumulativas e a média final é 6,0 para aprovação no Curso e direito ao certificado.



A avaliação institucional do curso, que conta com a assessoria do PROEAD/UFRJ, reporta-se ao monitoramento das sistemáticas de acompanhamento, avaliação, qualidade dos materiais e serviços de apoio. A avaliação da repercussão do curso na relação professor-aluno objetiva identificar se houve melhoria do perfil cognitivo do aluno das séries/ciclos iniciais de formação (ensino fundamental), devendo acontecer após a realização do curso pelo professor. Para tanto, será escolhida uma amostra representativa de alunos, aos quais serão aplicados testes cognitivos.

A primeira avaliação da aprendizagem dos participantes, realizada em 13/03/99, referente à área de Ciências, teve um comparecimento da ordem de 84% e apresentou um percentual de acerto das questões entre 75% e 95%, valendo registrar que essa é uma etapa presencial.

### **OBJETIVO GERAL**

Oferecer aos professores polivalentes das séries/ciclos iniciais de formação do Ensino Fundamental das Redes Pública de Ensino capacitação docente utilizando recursos multimeios e educação a distância, envolvendo os conteúdos curriculares desse nível de ensino.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Preparar materiais para capacitação a distância dos professores das séries/ciclos iniciais de formação do Ensino Fundamental das redes públicas de ensino Estadual e Municipal, apresentando os fundamentos da proposta pedagógica da SEDUC e explorando conteúdos das áreas de conhecimento de Linguagem, Matemática, Ciências e Estudos Históricos e Geográficos;
- Atualizar os professores das séries/ciclos iniciais de formação do Ensino Fundamental no que se refere a conteúdos e metodologias;





- Estimular as escolas a definirem, através do seu Projeto Pedagógico, prioridades, interesses e estratégias de trabalho e produção docente;
- Fomentar a criatividade docente, incentivando a utilização de recursos didáticos acessíveis de baixo custo;
- Disponibilizar, através de recursos multimeios, materiais de ensino-aprendizagem para professores das séries/ciclos iniciais de formação do Ensino Fundamental.

### **PÚBLICO ALVO**

Professores de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries/ciclos iniciais de formação do ensino fundamental da rede pública de ensino

### **ESTRATÉGIAS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA**

O processo de recrutamento para o curso deu-se através de ampla divulgação envolvendo vários meios de comunicação (rádio, jornal, TV, outdoor), além da produção de impressos como folders, comunicados e correspondências para as Secretarias de Educação Municipais - SEM.

Durante o período de 60 dias (nov-dez/98) foram distribuídas cerca de 45.000 Fichas de Inscrição (modelo padronizado do MT/FAT) que, após preenchimento, foram devolvidas pelas SEM para a FDR. Nessa primeira fase se inscreveram cerca de 26.000 professores.

Quando o curso iniciou-se em janeiro/99 muitos municípios reivindicaram mais vagas, o que fez a FDR receber durante todo este mês inscrições, perfazendo hoje um total de 32.660 participantes.

## PARTICIPANTES

Categoria	Nº de Participantes	
	Inicial	Final
1. Professores da rede pública	-	31.659
2. Técnicos da equipe pedagógica dos centros regionais de desenvolvimento da educação/crede	-	128
3. Técnicos da equipe pedagógica da secretaria de educação básica/seduc	-	915
Total	-	32. 702

## HIPÓTESES SOBRE DISCREPÂNCIA ENTRE PÚBLICO ALVO E PARTICIPANTES

O projeto foi inicialmente concebido para atender a todo o universo de professores das séries/ciclos iniciais de formação do ensino fundamental das redes públicas de ensino do Estado do Ceará que, segundo dados da SEDUC, envolveria cerca de 29.000 professores.

O processo de inscrição evidenciou uma procura maior do que o número anteriormente estipulado, o que pode ser explicado em virtude de dois fatores: o ingresso de professores nas referidas redes através do concurso público realizado em 1997 e o interesse manifesto pelas SEM e CREDE na participação das suas equipes pedagógicas. Esses dois fatores contribuíram para uma discrepância de 3.660 participantes além das 29.000 vagas definidas originalmente no projeto para o público alvo.

## ARTICULAÇÃO

### COM POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Política:** Política de formação continuada da SEDUC;

**Nível:** Estadual;



**Ações do programa associadas à política:** Capacitação em serviço sobre concepção político-pedagógica da educação estadual e conteúdos curriculares referente as séries/ciclos iniciais de formação do ensino fundamental de acordo com os PCN e RCB da SEDUC; produção de material didático; utilização de recursos multimeios, organização de um serviço de tutoria presencial;

**Grau e tipo de articulação:** Convênio entre a FDR (organização não-governamental) com as Secretarias de Educação Básica/SEDUC e Trabalho e Ação Social/SAS, com alocação de recursos do FAT/PEQ.

#### COM OUTROS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Política:** Sistema de Acompanhamento Pedagógico/SAP;

**Nível:** Estadual;

**Ações do programa associadas à política:** Capacitação em serviço dos membros das equipes pedagógicas sobre concepção político-pedagógica da educação estadual e conteúdos curriculares referente as séries/ciclos iniciais de formação do ensino fundamental de acordo com os PCN e RCB da SEDUC; articulação com a equipe do SAP em cada CREDE e município para apoiar o serviço de tutoria;

**Grau e tipo de articulação:** Articulação inter e intrainstitucional entre os componente da equipe da FDR e do SAP nos municípios e escolas.





## CUSTOS ESTIMADOS

Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Produção de fascículos	0,87	1.785.000	1.555.560,00
Jornal	0,92	1.638.000	1.507.360,00
Programas de TV	7.412,50	12	88.950,00
Serviço de correio	0,25 (por 25 gramas)	-	247.698,00
Linha 0800	-	-	45.648,00
Sistema informatizado	-	-	36.000,00
Estratégias de divulgação	-	-	96.000,00
Tutoria	-	-	72.000,00
Premiação	-	-	100.000,00
Total	-	-	3.749.216,50

### COMENTÁRIOS SOBRE A FONTE DE FINANCIAMENTO

O programa de Formação Continuada para Professores da Rede Pública é financiado com recursos do FUNDEF e do FAT, através de convênio entre SEDUC, SAS e FDR.

### PERFIL DA INSTITUIÇÃO CAPACITADORA

A Fundação Demócrito Rocha/FDR é uma instituição do Estado do Ceará, de direito privado e sem fins lucrativos, criada em 1985 pela Empresa Jornalística O Povo para atuar no cenário cearense e nordestino visando ações que contribuíssem para o desenvolvimento social e cultural da região. Uma das ações da



FDR que vem possibilitando sua atuação no âmbito local e regional foi a criação do Programa Universidade Aberta. A operacionalização desse programa ocorre via multimeios, sendo o jornal e o rádio os principais veículos de comunicação envolvidos.

O programa Universidade Aberta do Nordeste, durante seus 14 anos de funcionamento contínuo já realizou 36 cursos de extensão universitária, com a certificação de mais de 70.000 alunos e a colaboração de mais de 1.000 professores universitários das diversas instituições de ensino superior do Ceará e do Nordeste.

Dirigidos especificamente para o segmento educacional, 03 cursos foram veiculados: Ecologia, Metodologia do Ensino de 1 grau e Informática - aprenda em casa. Além do programa Universidade Aberta do Nordeste a FDR desenvolve ações nas áreas de cultura, ciências e técnicas, artes e letras, comunicação social, políticas públicas de saúde e desenvolvimento regional.

#### **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO**

A administração do curso, centralizada na FDR, contratou profissionais de reconhecido nome e currículo para assumir as diversas funções no projeto conforme a estrutura apresentada no resumo executivo. No que se refere ao serviço de tutoria, selecionou-se alunos universitários cursando do sexto (6º) semestre em diante dos cursos de licenciatura junto às Pro-reitoria de Extensão e, após um processo de seleção que envolvia entrevista e capacitação em EAD, foram admitidos conforme sua classificação. Além disso, em cada município foi designado pela própria SEM um profissional responsável pelo curso naquele município.

Esse profissional funciona como o elo entre a FDR e as escolas e professores do município, respondendo por rotinas administrativas, supervisão, acompanhamento e organização dos momentos presenciais e de avaliação.





## PERFIL DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO

Função	Quant.	Formação	Experiência Profissional
Coordenação Geral/ administrativa	01	Mestre	Professora universitária
Coordenação Geral/ Pedagógica	01	Mestres	Professora, experiência como técnica da SEDUC
Autores	04	Graduado	Professores universitários
Coordenação do Programa de TV e do Jornal escola	01	-	Jornalista
Coordenação da tutoria	01	-	-
Tutores	25	Alunos universitários que a partir do 6º semestre	Estudantes, professores da educação básica



Mecanismos de Acompanhamento/Supervisão do Programa

Mecanismos e Instrumentos Utilizados	Público	Utilização dos Resultados	Tipo de Avaliação Processual Final	Instituição Avaliadora	Indicadores Utilizados
1. Formulários impressos para controle e acompanhamento de entrega de materiais, provas, e outros.		Redefinir Quantitativos de impressão de materiais; redefinir estratégia de distribuição	Processual e final	FDR e PROEAD (Programa de Educação a Distância da UFRJ)	1. Número de alunos inscritos; 2. Número de fascículos e jornais recebidos no município;
2. Informações geradas pelo sistema online (0800, fax e e-mail)	Professores alunos	Atualizar banco de dados;	Processual e final	FDR e PROEAD (Programa de Educação a Distância da UFRJ)	Dificuldades nos conteúdos dos fascículos;
3. Resultado da pesquisa feita junta aos participantes ao final de alguns fascículos		Orientar procedimentos pedagógicos e administrativos	Processual e final	FDR e PROEAD (Programa de Educação a Distância da UFRJ)	Dificuldades nos conteúdos dos fascículos; qualidade do material impresso



## Mecanismos de Acompanhamento/Supervisão do Programa

Mecanismos e Instrumentos Utilizados	Público	Utilização dos Resultados	Tipo de Avaliação Processual Final	Instituição Avaliadora	Indicadores Utilizados
1. Formulário de frequência das avaliações	Professores alunos	Agilizar o processo de entrega dos materiais	Processual	FDR	Índice de comparecimento
2. Provas presenciais		Redimensionar a elaboração dos fascículos	Processual e final	FDR	Compreensão conceitual aplicabilidade
3. Relatórios informativos elaborados pelos responsáveis em cada município		Redimensionar as ações do programa	Processual	FDR	Aleatórios







## MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO/SUPERVISÃO DO TRABALHO DA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO

Durante o Programa	Após o Programa
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O trabalho de acompanhamento é realizado de forma processual, contemplando momentos de encontros de grupos (CREDE) para informações, organização de procedimentos e avaliação das ações.</li> <li>- Sempre que solicitada a equipe central (coordenadores e tutores) se desloca aos municípios e/ou regiões para atendimentos específicos, como orientações sobre momentos presenciais, planejamento pedagógico e realização das avaliações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O programa encontra-se em fase de execução mas algumas ações já estão pensadas para a finalização das áreas de conhecimento de Ciências e Matemática, a primeira já concluída e a segunda em andamento.</li> <li>- Área de Ciências - Concurso Ciências e Matemática na sala de aula;</li> <li>- Área de Matemática - Workshop sobre o curso envolvendo os secretários municipais e os elos (coordenadores municipais).</li> </ul>

## RESULTADO DA AVALIAÇÃO

	Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Instituição Capacitadora</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qualidade dos materiais;</li> <li>2. Integração das mídias como recursos pedagógicos;</li> <li>3. Inovação com utilização da EAD na formação continuada;</li> <li>4. Ruptura com uma cultura altamente refratária a avaliação;</li> <li>5. Rede Cidadã;</li> <li>6. Caráter contínuo e sequencial dos conteúdos curriculares abordados nos fascículos;</li> <li>7. Visibilidade pública através do Jornal e da TV a respeito da educação como prioridade do Estado e de experiências bem sucedidas no âmbito da escola pública.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sistema de distribuição: em virtude da ECT não atender a zona rural, criaram-se alguns problemas no fluxo do material, que foi sanado com o apoio das SEM;</li> <li>2. Falta de controle mais rigoroso dos inscritos por parte da SEM: essa falta de controle gerou dificuldades de acompanhamento e distribuição dos materiais;</li> <li>3. Sistema de Avaliação: até o momento só foram aplicadas duas provas, mas mesmo assim foram detectados problemas como provas em equipe, não obediência ao horário estabelecido e muitas dificuldades no preenchimento do gabarito, o que está atrasando a correção em computador.</li> </ol>
<b>Participantes</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A qualidade do material didático;</li> <li>2. O Jornal da Escola que está alimentando uma cultura nova: ler, se informar do que está acontecendo;</li> <li>3. A linguagem acessível dos fascículos;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O atraso na entrega em algumas escolas;</li> <li>2. A falta de maior organização e controle na aplicação das provas presenciais.</li> </ol>



## PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS PROPOSTOS

Desafios	Como foi enfrentado	Observações (foram resolvidos)
1. Inscrição	Ampla divulgação envolvendo mídias diversas e todos os meios de comunicação disponíveis, principalmente no interior do Estado	
2. Realização das Avaliações	Esclarecimento a todos os participantes sobre como devem proceder nas provas e como preencher os gabaritos.	Ainda não foram resolvidos, mas para não prejudicar os cursistas que fizeram provas, os gabaritos preenchidos erradamente foram 'passados a limpo' para poder serem aceitos na leitora ótica. A equipe da FDR está realizando reuniões com os responsáveis em cada município para esclarecer os procedimentos a serem adotados durante as avaliações.

### LIÇÕES DO PROGRAMA PARA POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

1. Na formação continuada a parceria entre o Estado e uma ONG potencializa a competência de duas contrapartes. A contribuição da ONG está na habilidade de agregar capacidade técnica local e produzir materiais didáticos de boa qualidade. O Estado contribui com uma estrutura que permite a disseminação e acompanhamento do programa, através do SAP;
2. O sistema de distribuição de fascículo diretamente para cada professor participante do curso permite uma apropriação gradativa dos conteúdos, possibilitando a constituição de um acervo pessoal de materiais de apoio à sua prática docente;
3. A simultaneidade do curso para todos os docentes da rede pública gera um saudável ambiente de compartilhamento da experiência entre pares, favorecendo um clima propício às mudanças na práticas docentes;
4. A existência de um mecanismo ágil ao longo do processo é um fator de estímulo aos participantes do curso e um subsídio a formulação de novas políticas de formação docente.

## POSSIBILIDADES DE REPLICABILIDADE

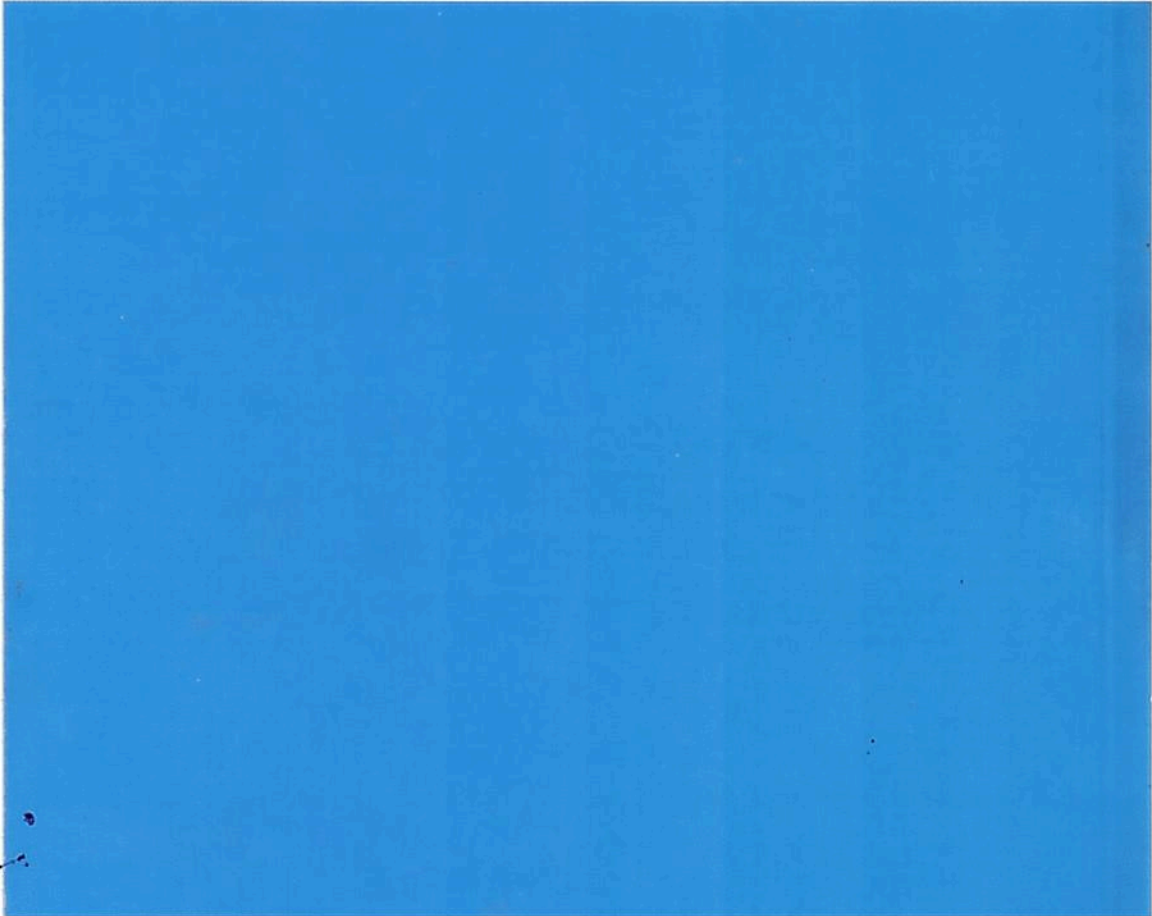
Do ponto de vista administrativo, operacional e pedagógico o programa pode ser utilizado por outros estados da federação, uma vez que agrega recursos tecnológicos disponíveis em qualquer região do país. Além disso por estar referenciado nos PCN tem ampla aceitação em todos os Estados. Ainda no Estado do Ceará, ele pode ser estendido por um período de 03 anos, tempo suficiente para a cobertura de todos os conteúdos curriculares das séries/ciclos iniciais de formação do ensino fundamental envolvendo áreas de conhecimentos e temas transversais, de acordo com os PCN e Referencial Curricular Básico/RCB do Estado.

No que tange ao aspecto financeiro, é preciso considerar que trata-se de uma capacitação continuada visando a atualização e aprofundamento de conhecimentos que tem um custo aluno anual de R\$ 129,28, valor significativo se comparada outro programa, a licenciatura breve, por exemplo, que qualifica no nível de licenciatura plena. É um programa muito bem estruturado mas com custos elevados.

## OUTROS ASPECTOS CONSIDERADOS RELEVANTES

Como aspectos relevantes a serem considerados destacam-se:

1. Criação de uma malha de profissionais da educação com domínio de procedimentos em EAD e aceitação da formação continuada e em serviço como modalidade de educação pertinente a capacitação de professores;
2. Aquisição de um conjunto de procedimentos e know how em atendimentos a grandes universos de indivíduos com características bastante diferenciadas, mas com objetivos comuns;
3. Surgimento espontâneo de uma rede de colaboração - Rede Cidadã - contando com a sociedade civil, que se envolveu no projeto voluntariamente (rádios AM e FM dos municípios, mototaxistas, associações e comunidades) no sentido de acompanhar, apoiar e assegurar o bom funcionamento do projeto.



**BANCO MUNDIAL**

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO  
DIRETORIA DO BRASIL